



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS - CCJS
UNIDADE ACADÊMICA DE DIREITO - UAD
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

LAIANE ELIAS DANTAS

A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DAS ASSISTENTES SOCIAIS NO CENTRO DE
REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SOUSA-PB

SOUSA/PB
2014

LAIANE ELIAS DANTAS

A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DAS ASSISTENTES SOCIAIS NO CENTRO DE
REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SOUSA-PB

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Serviço Social, da Universidade Federal
de Campina Grande, como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

SOUSA/PB
2014

LAIANE ELIAS DANTAS

A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DAS ASSISTENTES SOCIAIS NO CENTRO DE
REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SOUSA-PB

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Serviço Social, da Universidade Federal
de Campina Grande, como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Banca Examinadora:

Data de aprovação: _____

Profa. Ms Cibelly Michalane Oliveira dos Santos Costa
Orientadora

Prof. Ms Luan Gomes dos Santos Oliveira
Examinador 01

Profa. Ms. M^a da Conceição Félix Silva
Examinadora 02

SOUSA
2014

À Deus, presença constante em minha vida
À minha mãe, pelo amor, força e coragem.
Ao meu esposo Danilo e minhas filhas Laís e
Letícia, por me proporcionarem imensas
alegrias.

*“Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades,
Muda-se o ser, muda-se a confiança,
Todo mundo é composto de mudanças
Tomando sempre novas qualidades.”*

Luíz Vaz de Camões

AGRADECIMENTOS

Para que este trabalho de Conclusão de Curso e a graduação em Serviço Social fossem possíveis, ao longo destes quatro anos contei com o apoio, o estímulo e o carinho de muitas pessoas especiais, as quais quero deixar aqui registrado o meu agradecimento.

Primeiramente quero agradecer à Deus, minha rocha firme, meu companheiro fiel de todos os momentos, que sempre guiou os meus passos me dando sabedoria para fazer escolhas certas.

Agradecer a minha mãe Ivonete já que estamos concretizando um sonho que sonhamos juntas, pelo apoio, por ser esta mulher guerreira que mesmo com tantas adversidades educou seus filhos no caminho do bem.

Ao meu pai Francisco, pelo apoio.

As minhas filhas Laís e Letícia que são dádivas de Deus na minha vida, que me trazem a infinita alegria.

Ao meu esposo Danilo pela força e compreensão.

A minha sogra Valdinha pelo acolhimento, pela força, amor e dedicação à toda minha família

Ao meu sogro Espedito pelo apoio.

A Wigna, minha irmã amada, minha sobrinha Maria do Desterro, meu cunhado Airan. Á meu irmão Wosley que mesmo estando longe sempre esteve na torcida para que se concretizasse esse momento. Meu sobrinho João Henrique, minha cunhada Francisca que tem sido o porto-seguro para meu irmão.

A todos os meus irmãos da Igreja pelas orações.

Agradecimentos especiais a minha professora orientadora Cibelly Michalane, que além de orientadora se tornou uma amiga que compartilhou comigo meus medos e anseios. Obrigada pela paciência, por compreender minhas particularidades, pelas palavras de força e ânimo. Sua ajuda foi imprescindível para a conclusão deste TCC.

A todos os meus professores que colaboraram para meu aprendizado.

A toda equipe do CRAS, em especial a Lidiane, pela receptividade.

As minhas amigas, pelos momentos de alegria e descontração.

A Dagmar, minha companheira de estágio. Obrigado pela amizade verdadeira, pela força e por estar sempre pronta a me ouvir.

A Alessandra que me ajudou muito a fazer os trabalhos da faculdade e também pela prontidão de me dá carona todos os dias para a faculdade.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso –TCC tem como fulcro de análise a prática do Assistente Social no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do município de Sousa/PB. A discussão teórica que norteou o desenvolvimento deste trabalho estruturou-se a partir da análise da Política Nacional de Assistência Social, desde sua gênese, enfatizando a sua integração na Seguridade Social com a Constituição Federal de 1988, perpassando pela aprovação e efetivação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e a constituição do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Discutimos sobre o Serviço Social e sua vinculação com a Política de Assistência Social. Posteriormente analisamos as atribuições e competências dos assistentes sociais no CRAS e, por fim apresentamos os dados da pesquisa, os quais foram reveladores que os sujeitos a pesquisa, em decorrência das condições objetivas delineadas pela política neoliberal, somadas as questões políticas existentes, dificultam o desenvolvimento de uma prática mais eficiente, aspecto que é acentuado pela fragilidade das condições subjetivas que peculiarizam a formação e a prática das assistentes sociais. Para compreendermos o referido objeto de estudo, realizamos pesquisa qualitativa de caráter exploratório, cujo sujeitos corresponderam a duas assistentes sociais. A coleta de dados se processou através de entrevista semi-estruturada. Para a análise e sistematização dos dados utilizamos a técnica da análise de conteúdo das falas, sob a luz de referências teóricas respaldadas na teoria social crítica, a qual norteia hegemonicamente a formação e o exercício profissional.

Palavras chaves: Serviço Social. Prática Profissional. CRAS.

ABSTRACT

This Course Conclusion Work -TCC has the fulcrum of analysis to practice social worker at the Reference Center for Social Assistance (CRAS) in the municipality of Sousa / PB. The theoretical discussion that guided the development of this work was structured based on the analysis of the National Social Assistance, since its genesis , emphasizing their integration into Social Security with the Federal Constitution of 1988 , passing through the adoption and enforcement of the Organic Law Social assistance (Invalidity) , the National Social Assistance Policy (PNAS) and the establishment of the Unified Social Assistance System (SUAS) . Discussed about Social Work and its relationship with the Social Assistance Policy. Subsequently we analyze the roles and responsibilities of social workers in CRAS, and finally present the survey data , which were revealing that subjects research, due to objective conditions outlined by the neoliberal policy , summed existing policy issues hindering the development a more efficient practice that aspect is accentuated by the fragility of the subjective conditions peculiarizam training and practice of social workers . To understand that the object of study, we conducted a qualitative exploratory research whose subject corresponded to two social workers. The data collection was processed through semi - structured interviews. To analyze systematically the data we used the technique of content analysis of the statements, in the light of theoretical references backed in critical social theory, which guides the hegemonic training and professional practice.

Key words : Social Service. Professional Practice. CRAS.

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS- Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
CAPs- Caixas de Aposentarias e Pensões
CRAS- Centro de Referência de Assistência Social
CREAS- Centro Especializado de Assistência Social
CEAS- Centro de Estudos e Ação Social
CEME- Central de Medicamentos
CLT- Consolidação das Leis do Trabalho
CONAS- Conselho Nacional de Assistência Social
CBAS- Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CFESS- Conselho Federal de Serviço Social
CRESS- Conselho Regional de Serviço Social
FUNABEM- Fundação para o Bem-estar do Menor
IAPS- Instituto de Aposentadoria e Pensões
INPS- Instituto Nacional de Previdência Social
INAMPES- Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
IAPS- Instituto Nacional de Administração da Previdência Social
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LBA- Legião Brasileira de Assistência
LOAS- Lei Orgânica de Assistência Social
MPAS- Ministério da Previdência e Assistência Social
NOB- Norma Operacional Básica
PNAS- Política Nacional de Assistência Social
PAIF- Programa de Proteção e Atendimento Integral à Família
PBV- Piso Básico Variável
PVMC- Piso Variável de Média Complexidade
PETI- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
SINPAS- Sistema Nacional de Assistência e Previdência Social
SUAS- Sistema Único de Assistência Social
SCFV- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SENAI- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAC- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	12
2 TRAJETÓRIA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA	15
2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	15
2.2 OS REFLEXOS DO NEOLIBERALISMO NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	22
2.3 CONFIGURAÇÕES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA ATUAL CONJUNTURA	26
3 SERVIÇO SOCIAL E ASSISTÊNCIA SOCIAL	31
3.1 A VINCULAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL À POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	31
3.2 O PROCESSO DE RENOVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL: A BUSCA PELO DESENVOLVIMENTO DE UMA PRÁTICA PROFISSIONAL CRÍTICA	35
3.3 ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS DO SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: UM ENFOQUE NOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS)	42
4. APRESENTAÇÃO DA PESQUISA	46
4.1 PERFIL DAS PROFISSIONAIS ENTREVISTADAS	46
4.2 TEMPO DE TRABALHO NO CRAS	47
4.3 ROTINA DE TRABALHO DAS ASSISTENTES SOCIAIS	48
4.4 DEMANDA MAIS INCIDENTE E INSTRUMENTOS E TÉCNICAS UTILIZADOS NAS INTERVENÇÕES	50
4.5 CONDIÇÕES DE TRABALHO	50
4.6 PRÁTICA PROFISSIONAL E PRESSUPOSTOS ÉTICOS	51
4.7 DIFICULDADES ENFRENTADAS NO COTIDIANO PROFISSIONAL	52
4.8 DESAFIOS POSTOS À POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA CONJUNTURA VIGENTE	53
4.9 POSSIBILIDADE DE EFETIVAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL NA INTERVENÇÃO COTIDIANA	54
REFERÊNCIAS	59
APÊNDICES	62
ANEXOS	66

1. APRESENTAÇÃO

Este trabalho de Conclusão de Curso é resultado de nossa aproximação com a Política de Assistência Social durante o período de Estágio Curricular no ano de 2013 no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) no município de Sousa-PB.

Diante desta experiência, despertou-nos o interesse em realizar uma pesquisa exploratória, cujo escopo consistiu em analisar como se dá a atuação dos profissionais de Serviço Social nas suas dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa.

Destarte, enquanto objetivos centrais procuramos: Resgatar a emersão sociohistórica do Serviço Social; Desvelar os limites e possibilidades para a operacionalização da prática profissional cotidiana; Identificar a prática profissional do assistente social em suas dimensões teórico- metodológico, técnico- operativa e ético-política; Compreender os desafios lançados ao exercício profissional no contexto institucional.

Para elucidar os nossos objetivos, desenvolvemos uma pesquisa de cunho qualitativo, a qual se especifica pelo fato de ter como fonte de análise a interpretação crítica dos fatos, dos posicionamentos e dos argumentos que serão obtidos na realização da coleta de dados, não se utilizando de dados quantitativos.

Conforme, Richardson (2012, p. 90).

A pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como a tentativa da compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentada pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos.

Desse modo, tal modalidade de pesquisa se apresenta como a mais utilizada para a realização de estudos que tenham como intento analisar os posicionamentos e compreensões dos sujeitos acerca de uma dada realidade.

A população e amostra da pesquisa corresponderam a duas assistentes sociais que atuam no CRAS. Nesse sentido, trabalhamos com a totalidade dos profissionais dessa respectiva categoria.

A coleta de dados se deu por meio de entrevista semi-estruturada, a qual de acordo com Minayo (2012, p.64), pode ser definida como aquela que "[...] combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada".

A opção por tal instrumento se deu pelo fato de compreendermos que o mesmo nos possibilitaria uma maior captação das informações concedidas pelos sujeitos da pesquisa.

A análise dos dados coletados na pesquisa foi realizada por meio da técnica da análise de conteúdo das falas, a qual pode ser definida como:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, através de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam inferir conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (BARDIN, 1979, p.31 *apud* RICHARDSON 2012, p. 223).

Somada a técnica da análise de conteúdo, utilizamos autores referenciados na teoria social crítica hegemônica no Serviço Social.

Com o intuito de discutirmos as mudanças que perpassam a política de Assistência Social de sua gênese à contemporaneidade, trazendo como reflexo o modo como a referida política está estruturada, enfatizando ainda como se processa a prática dos assistentes sociais nesse contexto, estruturamos o nosso trabalho em três capítulos, os quais serão expostos a seguir.

No primeiro capítulo realizamos uma trajetória sócio-histórica da política de Assistência Social, desde as suas primeiras práticas assistencialistas, perpassando pelos avanços da Constituição Federal de 1988 quando se deu sua inserção na Seguridade Social, abordamos ainda as configurações desta política na atual conjuntura com a criação da Lei Orgânica da Assistência Social –LOAS (1993), da Política Nacional de Assistência Social –PNAS (2004), e do Sistema Único de Assistência Social –SUAS (2005); discutimos também os desafios impostos pelo neoliberalismo para a efetivação da política de Assistência Social.

No segundo capítulo analisamos a histórica vinculação do Serviço Social à política de Assistência Social desde da gênese da profissão, quando sua prática estava ligada

ao apostolado da Igreja católica onde desenvolvia ações caritativas; também foi discutida a institucionalização da profissão e sua inserção nas instituições estatais. Por fim, abordamos o processo de renovação do Serviço Social, o qual representou um marco na história da profissão, momento em que o Serviço Social procurou realizar uma revisão crítica acerca dos seus fundamentos teóricos e de sua intervenção, buscando desenvolver a partir de então uma prática crítica e comprometida com a população usuária. Abordamos ainda as atribuições e competências do Serviço Social na Política de Assistência Social com enfoque nos CRAS.

No terceiro capítulo apresentamos e discutimos os dados da pesquisa, os quais nos possibilitaram reflexões sobre a prática profissional dos assistentes sociais no CRAS.

Em seguida tecemos as considerações finais, as referências bibliográficas utilizadas para o desenvolvimento do trabalho, os apêndices e os anexos.

Em face ao exposto, almejamos que o presente trabalho possa contribuir para reflexões acerca da prática profissional dos assistentes sociais nos CRAS, de modo que essa prática possa ser concretizadora de direitos, e que tais profissionais possam efetivar o seu compromisso com o Projeto Ético Político, contribuindo para a construção de uma sociedade justa e igualitária.

2 TRAJETÓRIA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O trabalho em tela tem como foco de análise a totalidade¹ dos fenômenos, onde se busca ir além da aparência para que assim possa desvendar a essência dos fatos, para que se evite interpretações unilaterais. E principalmente no que diz respeito à política de assistência social, que envolve vários sujeitos, lutas de classes, interesses contraditórios que só são desvendados por meio de articulações das várias dimensões: política, econômica, cultural e histórica que compõe os elementos da totalidade.

Para tanto, a política de assistência social será analisada nas suas múltiplas determinações, levando em consideração seu caráter contraditório, suas causalidades e funcionalidades dentro do modo de produção capitalista e sua articulação com a política econômica e as lutas de classe. Dessa forma, as políticas sociais são entendidas como resultado da dinâmica social do capitalismo que envolve diversos interesses antagônicos e contraditórios. Tais políticas surgem como “[...] instrumento de legitimação e consolidação hegemônica que, contraditoriamente, são permeadas por conquistas da classe trabalhadora (MONTAÑO, 2007, p. 39).

Conforme BEHRING (2011), a passagem do século XIX para o século XX marca a transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista e esta transição traz consigo mudanças econômicas, políticas e sociais. Caracteriza-se como um período de grande concentração e centralização de renda, formação de monopólios e paralelo a isto, o aumento do pauperismo permeado por demandas sociais e trabalhistas que passa a requerer do Estado uma ampliação na sua intervenção.

Sabe-se que as crises são constitutivas do modo de produção capitalista, tendo como destaque a crise de 1929 que foi a mais avassaladora, causando muitos prejuízos econômicos e principalmente sociais. Este período é marcado pela efervescência dos movimentos sociais, o fortalecimento da União Soviética, que caracterizava uma ameaça

¹ Conforme PRATES (2000), a totalidade mais do que a reunião de todas as partes, significa um todo articulado, conectado, onde a relação entre as partes altera o sentido de cada parte e do todo. A totalidade concreta não é um todo dado, mas em movimento de autocriação permanente, o que implica a historicização dos fenômenos que a compõe (p.2).

ao capital. Diante de tal situação, o capital articula estratégias para se manter hegemônico, para tanto usa como saída medidas keynesianas que tem como princípio a intervenção do Estado na economia, o pleno emprego e maior igualdade social. O Estado nesta perspectiva passa a ter um papel preponderante na produção e regulação das relações econômicas e sociais.

Alia-se ao Keynesianismo o fordismo, que visa à produção em larga escala sob a intensificação do ritmo de trabalho onde o trabalhador teria que se adaptar ao ritmo das máquinas para que assim pudesse produzir mais em menos tempo, como também o incentivo do consumo em massa por meio de políticas sociais e do pleno emprego, possibilitando que todos tivessem acesso ao consumo. Diante de tais medidas, o capital conseguiu atingir taxas de lucros nunca antes vistas, houve uma melhoria nas condições de vida da classe trabalhadora, chegando a acreditar que era possível um nivelamento entre acumulação e diminuição das desigualdades sociais.

BEHRING (2011) ressalta que este consenso entre as classes desmobilizou os movimentos sociais que abriu mão de um projeto mais radical, em prol de conquistas e reformas imediatas, dentre elas a ampliação dos direitos sociais viabilizados pelas políticas sociais.

[...] crescimento do orçamento social em todos os países da Europa que integravam a OCDE, cuja média de gasto, em relação ao produto interno bruto, passou de 3%, em 1914, para 5% em 1940, entre 10% e 20% em 1950 e 25% em 1970. O terceiro é o crescimento sequencial de programas sociais o período: primeiro a cobertura de acidentes de trabalho, seguida pelo seguro-doença e invalidez, pensões a idosos, seguro-desemprego e, por último, auxílio maternidade (PIERSON, 1991, p.130 *apud* BEHRING 2011, p.92).

No início da década de 70, o Estado de Bem-Estar Social entra em crise, pois a produção em larga escala não consegue mais escoamento dificultando assim a realização da mais-valia, com o pleno emprego houve uma diminuição do exército industrial de reserva que resultou no fortalecimento político dos trabalhadores que passaram a resistir à exploração. Segundo MANDEL (1990), *apud* BEHRING (2011), a recessão de 1974-1975 jogou por terra as crenças de que as crises do capital estariam sempre sob controle por meio intervencionismo Keynesiano.

Segundo NETTO (2006), a crise é a expressão concentrada das contradições inerentes ao modo de produção capitalista, ela é constitutiva do capitalismo: não existiu, não existe e não existirá capitalismo sem crise.

Percebe-se que o capitalismo é eminentemente contraditório e constitutivo por crises, onde as medidas Keynesianas e fordistas foram úteis para o capital até um certo tempo, até que as próprias estratégias usadas para obter mais lucro acabou se voltando contra o próprio sistema desencadeando em uma outra crise

O Estado de Bem-Estar Social conseguiu mesmo que temporariamente combinar acumulação com redução das desigualdades sociais, pode-se dizer configurou o momento mais civilizador do capitalismo, com sua crise, o período que segue é de contra reforma, de barbárie.

Se os “anos de ouro” comportaram reformas democráticas, o que incluiu os direitos sociais, viabilizados pelas políticas sociais, o período que se abre é contra-reformista desestruturando as conquistas do período anterior, em especial os direitos sociais (BEHRING, 2011, p. 124).

Com o rompimento do keynesianismo, os ideais neoliberais passaram a direcionar os ditames do capital com intuito de recuperar as taxas de lucro. Tendo como direcionamento a reestruturação produtiva que resultou na fragmentação da classe trabalhadora, no desemprego estrutural, aumento da precarização e do trabalho terceirizado, encolhimento da ação reguladora do Estado na esfera social, já que o social fica submetido aos interesses econômicos.

Como afirma NETTO (1996, p.100) que “[...] a desqualificação do Estado tem sido, como se sabe, a pedra-de-toque do privatismo da ideologia neoliberal: a defesa do ‘Estado Mínimo’ pretende fundamentalmente o ‘Estado Máximo’ para o Capital”.

Cabe-nos enfatizar que o neoliberalismo² emergiu na década de 1970 no Chile, sendo implantado por Augusto Pinochet, em seguida por Margareth Thatcher na Inglaterra no ano de e, posteriormente, na mesma década, por Ronald Reagan.

² Seu texto de origem é *O Caminho da Servidão*, de Friedrich Hayek, escrito em 1944. Porém, só a partir da crise dos anos 1970 é que as ideias neoliberais passaram a encontrar possibilidades de serem implementadas. Para Hayek, as raízes da crise se encontravam no poder excessivo do movimento operário e do aumento dos gastos sociais por parte do Estado. Para tanto, seria necessário um Estado

Com o objetivo de implantar as práticas neoliberais nos países latino-americanos, em novembro de 1989, realizou-se uma reunião entre os organismos de financiamento internacional de Bretton Woods (FMI, Bird, Banco Mundial), funcionários do governo americano, economistas e governantes latino-americanos, para avaliar as reformas econômicas da América Latina, o que ficou conhecido como Consenso de Washington.

Segundo MONTAÑO (2011), as “recomendações” (impostas pelo FMI aos governos devedores) dessa reunião abarcaram dez áreas:

1) disciplina fiscal, 2) redução dos gastos públicos, 3) reforma tributária, 4) juros de mercado, 5) regime cambial de mercado, 6) abertura comercial, 7) eliminação de controle sobre o investimento direto estrangeiro, 8) privatização, 9) desregulação das leis trabalhistas e 10) institucionalização da propriedade intelectual.

O neoliberalismo acarretou prejuízos drásticos para as políticas sociais, onde estas passam a assumir um caráter seletivo, focalizado com práticas fragmentadas e compensatórias, conforme discutiremos posteriormente na seção 1.2 deste trabalho.

Trataremos agora de forma mais particular da política social no Brasil, como os acontecimentos mundiais repercutem na política brasileira e quais suas especificidades.

A política social brasileira começa a se formatar em 1923 com a lei Eloy Chaves que estabelece a criação de Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAPs) para algumas categorias de trabalhadores, a exemplo dos ferroviários e marítimos.

A partir dos anos de 1930 consolida no país o desenvolvimento dos processos de urbanização e de industrialização, na proporção que a industrialização avançava, crescia também a concentração de renda, ampliando as desigualdades sociais e as tensões nas relações de trabalho devido ao agravamento da questão social.

A emergência da classe operária e de suas reivindicações faz com que o Estado encare a questão social não mais só como caso de polícia, mas como uma questão de Estado que demandava soluções mais abrangentes. Neste período, são criados os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs) na lógica do seguro social, a criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) onde instituiu o salário mínimo, jornada de

que controlasse o poder dos sindicatos, com poucos investimentos sociais e intervenções econômicas. Seria preciso disciplina orçamentária, a restauração da taxa “natural” de desemprego e reformas fiscais.

trabalho de oito horas semanais, férias remuneradas, assistência médico-hospitalar dentre outras reivindicações dos operários.

Em 1942 foi criada a Legião Brasileira de Assistência (LBA), a primeira instituição de abrangência nacional de Assistência Social com ações voltadas para as instituições no âmbito da filantropia e da benemerência, com prestação de auxílios emergenciais e paliativos.

No Brasil houve um certo descompasso entre os acontecimentos internacionais e nacionais, no final da década de 1960 enquanto no cenário internacional enfrentava um período de crise, no Brasil vivia-se o contexto da Ditadura Militar³, de expansão do “fordismo à brasileira” (SABÓIA, 1988 e 1990 *apud* BEHRING, 2011) através do chamado Milagre Brasileiro. O país conseguiu obter uma grande ascensão econômica, contudo o Brasil hipotecava seu futuro na crescente dívida externa, pois o crescimento era financiado por meio de empréstimos externos e investimento de multinacionais.

O “milagre brasileiro” trazia consigo algumas contradições, pois apesar do país ter conseguido um significativo crescimento econômico, as desigualdades sociais se acentuavam, pois foi um crescimento concentrado e centralizado nas mãos da burguesia. “O “bolo” cresceu, porém a massa trabalhadora não participou de sua divisão. Seu quinhão foi abocanhado pelo sistema” (SILVA, 1990, p.305).

O período ditatorial é marcado pela censura, repressão aos movimentos sociais, torturas, prisões e aumento das expressões da questão social. Para tanto, o regime ditatorial busca legitimidade por meio da expansão das políticas sociais. Segundo BEHRING (2011):

expandia-se também a cobertura da política social brasileira, conduzida de forma tecnocrata e conservadora, reiterando uma dinâmica de expansão dos direitos sociais em meio a restrição dos direitos civis e políticos, modernizando o aparato varguista (p.135).

Conforme FALEIROS (2000) em 1966 foi unificada e centralizada a Previdência no Instituto Nacional de Previdência Social, houve a ampliação da previdência para os trabalhadores rurais – FUNRURAL. Em 1974 foram criados o Ministério de Previdência e

³ O período da Ditadura Militar inicia-se com o Golpe de Abril de 1964 e somente em meados dos anos 1980 é que se processa o período de abertura política.

Assistência Social (MPAS) com a incorporação da LBA, a Fundação para o Bem-Estar do Menor (Funabem), Central de medicamentos (Ceme), Empresa de Processamento da Previdência Social (Dataprev). O sistema foi unificado em 1977, com a criação do Sistema Nacional de Assistência e Previdência Social (Sinpas) que compreendia, além do INPS, o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps) e o Instituto Nacional de Administração da Previdência Social (Iapas), como também a regulamentação da previdência privada. Mesmo com a expansão dessas políticas sociais muitas pessoas não tinham acesso a serviços médicos, consolidado a desigualdade: o setor privado para os ricos os serviços públicos para os pagantes da previdência e, para os pobres, a caridade, realizada por entidades municipais, filantrópicas com o apoio estatal.

Em 1973 o “Milagre Econômico” entra em crise, foi o momento em que os países produtores e exportadores de petróleo resolveram triplicar o preço do produto. E isto afetou muito a economia brasileira que importava 80% do petróleo necessário a sua economia. Assim, o milagre brasileiro começava a naufragar e país entra em um período de grande inflação, tanto que a década de 1980 é considerada como a década perdida do ponto de vista econômico, ainda que também seja lembrada como período de conquista da retomada do estado democrático de direito.

Neste contexto, a política social brasileira e, particularmente, a política da assistência social é historicamente marcada pela benemerência, sendo vista como uma “ajuda” aos pobres, sendo também caracterizada por seu caráter eleitoreiro por ações clientelista e solidário.

Só a partir do final da década de 1980, com a efervescência dos movimentos democrático-populares resultou na promulgação da Constituição Federal de 1988, onde a partir desta a assistência social passou a compor o tripé da seguridade social juntamente com a saúde e a previdência social.

Conforme o art. 194 da Constituição Federal: “A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (BRASIL, 1988).

No âmbito jurídico, a assistência social conseguiu deixar de ser benemerência e passou a ser um direito garantido constitucionalmente. Porém, na prática ainda se constitui uma luta constante para que a política de assistência realmente se efetive como direito e não fique apenas como letra morta no papel.

Mesmo com esse caráter inovador, almejando um sistema de proteção social amplo, o sistema de seguridade social conjuga: direitos derivados e dependentes do trabalho, da contribuição, que é a previdência; direitos de caráter universal, que é a saúde e direitos seletivos que é a assistência.

SPOSATI (1995) trata de algumas contradições da política de assistência social, uma delas é que a assistência é orgânica para o capital e ao trabalhador:

Orgânica ao capital enquanto voltada propriamente para a subsistência da mão-de-obra de reserva ou como amenizadora do padrão mínimo de vida que a política salarial imprime à vida do trabalhador. Orgânica ao trabalhador enquanto substituta da renda mínima (ainda que submetida ao critério de necessidade), enquanto ainda como possibilidade alternativa de acesso a condições mínimas de sobrevivência e, mais do que isso, como espaço possível de sustentação de novas alternativas nascidas da organização popular (SPOSATI, 1995, p. 15)

Para tanto, observa-se que a assistência é uma forma de “administrar” a pobreza, de amenizar as sequelas das expressões da questão social, já que a mesma não possibilita uma autonomia do indivíduo, mas apenas reproduz a desigualdade social, dando o acesso a condições mínimas de sobrevivência.

As conquistas alcançadas na Constituição de 1988 enfrentaram um grande desafio da década de 1990 para se efetivarem, pelo fato de que era um momento em que o neoliberalismo estava sendo consolidado no Brasil e neste modelo econômico os interesses do capital se sobressaem sobre os interesses sociais. A partir de então, os períodos que se seguem são de contra-reforma.

Apesar da ascensão das lutas democráticas dos movimentos sociais, que apontavam condições políticas e uma base de legitimidade forte para a realização de reformas efetivas, muitas contratendências se interpuseram a essa possibilidade. Os anos de 1990 até os dias de hoje tem sido de contra-reforma do Estado e de obstaculização e/ou redirecionamento das conquistas de 1988, num contexto em que foram derruídas até mesmo aquelas condições políticas por meio da expansão do desemprego e da violência (BEHRING E BOSCHETTI, 2001, p.147).

Nesse sentido, pode-se indubitavelmente afirmar que apesar de já ter se passado mais de duas décadas de implantação e efetivação do neoliberalismo à brasileira, o país ainda vem, sobretudo, na atual conjuntura, efetivando em gênero, número e grau tal política, a qual cada vez mais intensifica os efeitos deletérios sobre a classe trabalhadora.

2.2 OS REFLEXOS DO NEOLIBERALISMO NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Devemos enfatizar como forma de situar o leitor, que a implantação das estratégias neoliberais no Brasil se deu no governo de Fernando Collor de Melo (1190-1192), que tinha como proposta de governo derrotar a inflação por meio de reformas orientadas para o mercado, que implicaria no enxugamento do Estado. Sua primeira ação foi o Plano Collor I que visava o controle da taxa inflacionária por meio de confisco dos ativos de contas correntes e aplicações financeiras.

No entanto, os resultados de combate à inflação logo mostram-se ineficazes, pois mesmo com o equilíbrio das finanças públicas, a abertura comercial e a reforma administrativa propiciaram o aumento do desemprego que logo depois desencadeou uma grande recessão no país. O Plano Collor II foi norteado nos rumos liberais com cortes nos gastos públicos e reformas financeiras. Em 1991 Collor coloca em prática as chamadas reformas estruturais, dentre elas, as privatizações e redução das tarifas aduaneiras.

O governo de Collor pautava-se também pelo clientelismo como mostra as subvenções sociais e desempenho da primeira-dama à frente da Legião Brasileira de Assistência Social, como também o desinteresse em implementar o conceito de seguridade social preconizado na Constituição, onde o mesmo vetou a regulamentação da Lei Orgânica da Assistência Social. Todas essas ações resultaram no impeachment de Collor em 1992.

Na busca incessante pela estabilização econômica, em 1994 no governo de Fernando Henrique Cardoso é implantado no país o Plano Real, que se estrutura na seguinte lógica:

O Real integra uma família de planos de estabilização discutidos na já referida reunião de Washington e patrocinados pelas instituições internacionais. Essas últimas viabilizaram a renegociação de “dívidas velhas” para tornar possíveis novos empréstimos, mas exigindo em contrapartida a desregulamentação profunda dos mercados locais, para uma livre circulação dos fluxos financeiros de curto prazo. Para Benjamim *et ali*, essa articulação é que viabilizou a “combinação explosiva e normalmente inviável – a sobrevalorização do câmbio e a abertura comercial – se formou uma âncora eficaz contra a inflação. (FIORI (1977:14) e BENJAMIM *et alii* (1998:3) apud BEHRING 2008, p.156)

Com a implantação do real a economia até que conseguiu se estabilizar, porém essa estabilização, não se deu concomitante ao âmbito social. Onde gerou consequências catastróficas, em especial para a classe trabalhadora e para as políticas sociais.

Destarte, ressalta-se que os anos de 1990 foram marcados por propostas que mais uma vez tinham como foco as reformas, ou mesmo “contra-reformas” como denomina Behring nas suas obras.

Em meados da década de 1990, no governo de Fernando Henrique Cardoso, a idéia de reformar o Estado ganha força. A reforma proposta tinha como objetivos, a curto prazo, promover o ajuste fiscal, principalmente nos estados federados e nos municípios e a médio prazo, transformar a administração pública brasileira em uma administração gerencial. A emenda constitucional da reforma administrativa do Estado foi remetida ao Congresso Nacional em agosto de 1995. À emenda seguiu-se a publicação do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado.

O guia do Plano Diretor aborda como inadiáveis para a estruturação do Estado brasileiro os seguintes aspectos:

(1) o ajustamento fiscal duradouro;(2) reformas econômicas orientadas para o mercado, que, acompanhadas de uma política industrial e tecnológica, garantam a concorrência interna e criem as condições para o enfrentamento da competição internacional; (3) a reforma da previdência social; (4) a inovação dos instrumentos de política social, proporcionando maior abrangência e promovendo melhor qualidade para os serviços sociais; e (5) a reforma do aparelho do Estado, com vistas a aumentar sua “governança”, ou seja, sua capacidade de implementar de forma eficiente políticas públicas (MARE, 1995, p.11 *apud* OLIVEIRA, 2011, p. 138).

Conforme BEHRING (2011), o termo reforma do Estado tem sentido totalmente ideológico, pois na verdade se tratou de uma contra-reforma já que o centro da “reforma”, na verdade era o ajuste fiscal.

Como consequência dessa contra-reforma tem-se a consolidação da reestruturação produtiva com o objetivo de reduzir os custos e acelerar a produção e flexibilizar as relações de trabalho. Tais ações implicam no aumento significativo de desemprego, na desregulamentação do mercado de trabalho e na precarização do emprego, pois com muitos trabalhadores desempregados e pouco emprego gera, conseqüentemente, a queda salarial, enfraquecimento do poder político dos trabalhadores, aumento de terceirização o que leva o trabalhador a se submeter à precarização e a perdas de direitos trabalhistas.

Pelos os dados do IBGE, o desemprego saltou de 5,3%, em 1993, para mais de 7,1%, em 2000, num crescimento de 52,8% do número de desempregados no período. Ao contrário das previsões do Ministério do Trabalho e do Emprego, a informalização cresceu, ao invés de diminuir, com as novas formas de contrato – de 46,4% em 1993, para 53,8% em 2000. Expressão disso foi o crescimento da contratação sem carteira – de 26,9% para 29,1% do total de ocupados (BEHRING, 2008 p. 221).

Toda essa conjuntura traz sérias implicações para as políticas sociais e em especial à política de assistência social, onde a tendência tem sido restrição e redução de direitos ficando submetidos ao ajuste fiscal. Sendo assim, [...]” prevalecendo o referido trinômio articulado do ideário neoliberal para as políticas sociais, qual seja: a privatização, a focalização e a descentralização” (BEHRING, 2011, p. 156).

A privatização das políticas sociais tem sido alvo de lucratividade para o capital, como também é uma forma de descaracterizar o valor de direito das políticas sociais, tornando-as mercadorias. A seletividade associada à focalização destitui o caráter de universalidade garantido constitucionalmente no seu artigo 194 do Capítulo II que trata da Seguridade Social. Esta seletividade se apresenta com mais intensidade na política de assistência social, sendo esta uma política selecionada para os que dela necessitarem, porém nem todos que necessitam, conseguem ter acesso aos serviços, pois são submetidos a critérios seletistas, onde são selecionados os pobres dentre os mais pobres, ou seja, evidencia-se a seletividade da miserabilidade. Esta seletividade também

gera um certo estigma, criando “rótulos” para cada necessidade. Tem política social para os negros, mães solteiras, idosos, crianças, adolescentes, inválidos, portadores de necessidades especiais, etc. “Esse tipo de classificação das populações-alvo das políticas sociais, ao mesmo tempo em que as divide, fragmenta, tem por objetivo controlá-las e realizar uma etiquetagem que as isola e as caracteriza como tal” (FALEIROS, 2008, p.62).

Conforme BEHRING (2011) a descentralização tem sido estabelecida como partilhamento de poder entre as esferas públicas, mas como mera transferência de responsabilidade para os entes da federação ou para as instituições privadas.

Como alvo dos ataques dessa contra-reforma pode-se destacar a Seguridade Social, onde 20% dos seus recursos são desviados para o pagamento da dívida pública por meio da Desvinculação das Receitas da União. Conforme BEHRING (2011), as reformas da previdência de 1998 e 2003 introduziram critérios que focalizaram ainda mais os direitos dos usuários contribuintes, restringiram direitos, reduziram o valor dos benefícios, limitaram alguns benefícios como salário-família e o auxílio reclusão, ampliaram os anos de permanência no mercado de trabalho e não incorporaram os trabalhadores pobres inseridos em relações informais, que totalizam aproximadamente 40,6 milhões (57,7% dos 70,5 milhões de ocupados, com 10 anos ou mais, segundo o IBGE). Essas ofensivas não se restringem apenas na área previdenciária, também se estendem a saúde pública, onde se verificam longas filas nos atendimentos, falta de medicamentos, sucateamento dos hospitais e uma forte tendência a privatização da saúde, como também tem atingido a assistência social com parques investimentos e muitas demandas que resultam em ações pontuais, focalizadas e seletivas onde os “[...] serviços e programas atingem somente entre 15% e 25% da população que deveria ter acesso aos direitos” (BEHRING, 2011, p. 161).

Diante deste cenário, a atuação do Estado assume o papel fundamental como regulador da reprodução das relações sociais, com o intuito de manter a ordem social mediando os conflitos entre as classes.

Por meio das políticas sociais, o Estado intervém no enfrentamento das expressões da questão social, objetivando amenizar a situação de miserabilidade para que possa mesmo que minimamente diminuir a desigualdade entre as classes.

Nas últimas décadas tem ocorrido um forte intervencionismo do Estado por meio da política de assistência social, porém uma intervenção com caráter contraditório e limitado, onde a assistência social muitas vezes tem se apoiado na lógica do favor, do apadrinhamento, do clientelismo, isto tem gerado conseqüentemente uma relação de tutela, de dependência entre usuário e Estado, pois transforma o que é direito em favor. Um outro fator importante que tem ocorrido na política de assistência social é sua forte vinculação ao terceiro setor, que traz em cena o trabalho filantrópico, como forma de desresponsabilizar o Estado de suas obrigações, transferindo-as para a sociedade civil.

O enfrentamento da desigualdade passa a ser tarefa da sociedade ou de uma ação estatal errática e tímida, caracterizada pela defesa de alternativas privatistas, que envolvem a família, as organizações sociais e a sociedade em geral. O ideário da “sociedade solidária” como base do setor privado e não mercantil da provisão social parece relevar a edificação de um sistema misto de proteção social que concilia iniciativas do Estado e do terceiro setor (YAZBEK, 2009, p.13).

Diante desse cenário, as políticas sociais, em especial a política de assistência social, não têm conseguido obter resultados significativos na redução da desigualdade social, pelo contrário, só a reproduz ou desenvolve ações, via programas sociais, superficiais e fragmentados, incapazes de erradicar de fato a pobreza e a miséria no país.

Porém, cabe salientar que a problemática não está centralizada apenas na ineficácia das políticas sociais já que as mesmas encontram problemas de ordem estrutural como desemprego, má distribuição de renda, mas na própria forma de gestão e distribuição de renda no país. Então, para conseguir êxito pleno na efetividade das políticas sociais tais limites precisam ser superados, o que implica a construção de uma nova ordem social.

2.3 CONFIGURAÇÕES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA ATUAL CONJUNTURA

No dia 07 de dezembro de 1993 foi sancionada a lei de nº 8.742 que dispõe sobre a Lei Orgânica da Assistência Social.

Segundo Simões (2009), a LOAS foi aprovada sob influência do Conselho Federal de Serviço Social, faculdades de serviço social, lideranças profissionais e gestores públicos de assistência social.

A LOAS sistematizou e institucionalizou, como permanentes, os serviços assistenciais às famílias em situação de vulnerabilidade e risco social. Tal lei representou a maioria jurídica da assistência social, na história brasileira, instituindo seu estatuto como política pública de Estado.

A respectiva lei trouxe características inovadoras para a assistência social, pois a mesma passa a ser um direito não contributivo do cidadão, dever do Estado, sistematizou e institucionalizou como permanentes os serviços assistenciais, o público alvo da assistência deixou de ser visto como favorecidos ou assistidos para se tornar usuário e/ou beneficiário.

Com a LOAS, também houve a descentralização político-administrativa da União para com os Estados, municípios e Distrito Federal. Um fato importante trazido na LOAS foi a institucionalização do Conselho Nacional de Assistência Social (CONAS), pois permite a participação da população na fiscalização, formulação e no controle das políticas em todas as esferas.

Em dezembro de 2003 aconteceu a IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em Brasília, neste encontro foi deliberado a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com o objetivo de materializar as diretrizes da LOAS. Sendo estas, aprovadas pelo CONASS em setembro de 2004.

A PNAS rege-se por princípios democráticos como:

- I-Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II-Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- III-Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar comunitária, dedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- IV-Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
- V-Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão (BRASIL, 2004, p.32).

O SUAS introduz na assistência social o caráter preventivo das situações de riscos e vulnerabilidades sociais, para tanto desenvolve habilidades e potencialidades, tendo

como instrumentos sistemas como: vigilância social, proteção social e defesa social, com o escopo de garantir o direito de convivência familiar e comunitária.

O SUAS regula e organiza os serviços socioassistenciais, que se encontram em dois tipos de proteção: a proteção social especial e a proteção social básica.

Conforme a PNAS (2004), a proteção social especial é a modalidade de atendimento assistencial que tem como público alvo família e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus-tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. E tem como unidade assistencial de atendimento os Centros de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS).

A proteção social especial se divide em: proteção social especial de média complexidade, onde atende as famílias e indivíduos que tiveram seus direitos violados, mas que os vínculos familiares e comunitários ainda não tenham sido rompidos.

A proteção social especial de alta complexidade está voltada para a garantia da proteção integral: moradia, alimentação, higienização, e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados do seu núcleo familiar e, ou comunitário.

Já a proteção social básica tem como objetivo prevenir a violação dos direitos, tendo como porta de entrada e ações executivas o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

Conforme o Guia de Orientações Técnicas do CRAS (2009) os CRAS são uma unidade pública estatal descentralizada, responsável pela organização e oferta de serviços da proteção social básica do SUAS, que tem por objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidade e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições do fortalecimento de vínculo familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania.

O CRAS afirma-se como unidade de acesso aos direitos socioassistenciais, efetiva a referência e a contrarreferência do usuário na rede socioassistencial do SUAS.

O CRAS, além da oferta de serviços e ações, possui as funções exclusivas de oferta pública do trabalho social com famílias do Programa de Atenção Integral a Família e de gestão territorial da rede socioassistencial de proteção básica.

Desde o dia 1º de julho de 2013 entrou vigor o reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento dos Vínculos (SCFV), conforme Brasil (2013), o mesmo tem como objetivo equalizar/uniformizar os serviços, unificar a lógica de cofinanciamento federal, possibilitar o planejamento da oferta de acordo com a demanda local, garantir serviços continuados, potencializar a inclusão dos usuários identificados nas situações prioritárias e facilitar a execução do SCFV, otimizando os recursos humanos, materiais e financeiros.

O reordenamento consiste em unificar as regras de oferta e estabelecer que os recursos federais originários dos pisos que cofinanciavam os serviços Projovem Adolescente - serviço socioeducativo (PBVI); serviço de proteção social básica para crianças e, ou pessoas idosas (PBVII); e serviço socioeducativo e de convivência do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PVMC/PETI) passem a cofinanciar o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, por meio do Piso Básico Variável.

O SCFV está organizado por faixas etárias: crianças até 6 anos; crianças e adolescentes de 6 a 15 anos; adolescentes e jovens de 15 a 17 anos e pessoas idosas.

Ressalta-se que o SCFV pode ser oferecido no CRAS, desde que a instituição tenha suporte, caso não disponha de estrutura adequada, será ofertado em outra unidade pública ou entidades de assistência social.

O recurso é repassado aos municípios trimestralmente, e o valor dependerá de metas que terão que ser atingidas. Onde 50% dos usuários inclusos no SCFV devem estar nos critérios de situações prioritárias. Considera-se público prioritário, crianças, adolescentes e pessoas idosas, nas seguintes situações: em situação de isolamento; trabalho infantil; vivência de violência e, ou negligência; fora da escola ou com defasagem escolar superior a dois anos; em situação de acolhimento; em cumprimento de MSE em meio aberto; egressos de medidas socioeducativas; situação de abuso e/ou exploração sexual; com medidas de proteção do ECA; crianças e adolescentes em situação de rua; vulnerabilidade que diz respeito às pessoas com deficiência;

Espera-se que com esse reordenamento, a convivência familiar e comunitária possa ser fortalecida e assegurada como um direito social e os segmentos mais precarizados e emergenciais como: abusos sexuais, trabalho infantil, idosos em situação de abandono, entre outros, possam receber um atendimento priorizado e eficaz para que pelo menos seja respeitado e restituído uma vivência digna de ser humano.

Não se podem negar os avanços que a política de assistência teve nas últimas décadas, porém o fato é que a mesma encontra limites estruturais para se concretizar, pois o fundamento das desigualdades sociais está firmado na forma de produção da riqueza que, na sociedade capitalista, se sustenta sobre a propriedade privada dos meios de produção e nas contradições de classe. Diante disso, o homem torna-se sujeito coletivo e transformador das relações existentes. Então, a busca pela transformação social é um processo que requer o fortalecimento da população na conquista de direitos, na participação, que segundo Marx (1982) *apud* Piana (2009, p.40) “a história dos homens é a história de suas relações sociais, e capitalismo é expressão da luta de classe entre burguesia e proletariado”.

Sendo a história um processo dinâmico, o seu desfecho depende das ações do homem, que tanto pode conservar o sistema vigente, como também superá-lo. Para tanto, tal papel, não fica na incumbência de apenas uma política social, ou de uma profissão, mas demanda o engajamento coletivo de todos, em especial da classe trabalhadora.

3 SERVIÇO SOCIAL E ASSISTÊNCIA SOCIAL

3.1 A VINCULAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL À POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Serviço Social teve sua origem no contexto do desenvolvimento do modo de produção capitalista, sendo este um sistema contraditório, onde na proporção que se gera riqueza também gera pobreza e, isso tem como consequência a pauperização da classe trabalhadora. Em face à essa correlação de forças, evidencia-se o agudizamento da questão social.

Entende-se por questão social:

[...] as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado (IAMAMOTO e CARVALHO, 2005 p. 77).

Pode-se afirmar que a gênese da questão social se deu a partir do momento em que ocorreu o processo de industrialização e de urbanização. Esse desenvolvimento se deu por meio da exploração excessiva da força de trabalho dos proletariados, que viviam em condições precárias de sobrevivência.

Como forma de contestar essa realidade, a classe trabalhadora se organizou para reivindicar por seus direitos, emergindo, portanto, os movimentos operários, porém a luta defensiva dos trabalhadores aparece como uma ameaça à moral, à religião e à ordem social.

Temendo a ascensão e o acirramento desses movimentos, o então presidente Getúlio Vargas (1930-1945) estabelece uma política de compromissos e de conciliações entre as classes.

Ressalta-se que em sua política de alianças, o governo Vargas busca o apoio da Igreja Católica para fomentar suas práticas ditadoras e alienadoras.

A Igreja diante de todo seu potencial ideológico, usado para a manutenção da ordem vigente, trabalhou o agudizamento da questão social por meio das encíclicas papais, em especial as Rerum Novarum (1891) e a Quadragésimo Anno (1931).

Conforme IAMAMOTO (2011), para a igreja, a questão social antes de ser econômico-política é uma questão moral e religiosa, e apenas uma sociedade baseada em princípios cristãos pode realizar a justiça social.

Diante desse contexto, pode-se compreender que a igreja também foi um instrumento à favor da consolidação do capitalismo no país, onde disseminava o discurso de que era necessário a concordância entre as classes e que o homem deveria aceitar sua condição de vida, pois tudo era permissão divina.

Com a aliança entre Estado e igreja, há então a necessidade de elaborar um conjunto de conhecimentos próprios e a formação de profissionais competentes. Diante dessa necessidade surge em 1932 a primeira escola de Serviço Social⁴ em São Paulo no Centro de Estudos e Ação Social (CEAS).

Segundo IAMAMOTO (2005), o CEAS tinha como objetivo

Promover a formação de seus membros pelo estudo da doutrina social da Igreja e fundamentar sua ação nessa formação doutrinária e no conhecimento aprofundado dos problemas sociais”, visando “tornar mais eficiente a atuação das trabalhadoras sociais” e “adotar uma orientação definida em relação aos problemas a resolver, favorecendo a coordenação de esforços dispersos nas diferentes atividades e obras de caráter social (p. 69).

No ano de 1937 foi criada a segunda escola de Serviço Social no Rio de Janeiro e assim outras escolas de Serviço Social foram sendo fundadas no decorrer das décadas seguintes.

A atuação desenvolvida pelos primeiros profissionais de Serviço Social estava voltada para a organização da assistência, para a educação popular e para a pesquisa social. O seu público alvo era constituído de famílias operárias, especialmente de mulheres e crianças. Realizavam “[...] visitas domiciliares, encaminhamentos, distribuição de auxílios materiais e a formação moral e doméstica através de círculos e cursos” (IAMAMOTO, 2005, p. 196).

Fundamentado no pensamento conservador da doutrina social da Igreja, tendo por embasamento teórico as ideias tomistas, o Serviço Social tem uma visão da questão social como algo natural e se utiliza para o enfrentamento da mesma, reformas

⁴ Para maiores informações a respeito das primeiras escolas de Serviço Social no Brasil, ver IAMAMOTO e CARVALHO, 2005.

conservadoras, ou seja, reformas parciais focadas no indivíduo, no grupo e na comunidade. Não há um questionamento da origem dos problemas, e o problema que é de ordem estrutural da sociedade burguesa é visto como problema do indivíduo, que passa a ser objeto de intervenção com o intuito de enquadrá-lo na ordem social, para que assim, ele possa contribuir para o desenvolvimento e o bem- comum.

O Estado amplia cada vez mais sua intervenção, assumindo o papel de regulador e disciplinador das relações sociais, proporcionando condições essenciais de sobrevivência e reprodução da força de trabalho. Para tanto, há um grande incentivo de ampliação de instituições assistenciais, como: a Legião Brasileira de Assistência (LBA); o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); o Serviço Leão XIII; a Fundação da Casa Popular. Entretanto, vale salientar que esse posicionamento do Estado é uma forma de camuflar as contradições existentes entre capital e trabalho, sendo metamorfoseado sobre uma ação de benevolência do Estado.

Estas instituições aparecem claramente como agência política de contenção e controle das lutas sociais (e das sequelas derivadas do crescimento da miséria relativa da população), ao procurarem deslocar as contradições do campo explícito das relações de produção e tentar absorvê-las e naturalizá-las dentro dos canais abertos a partir do aparelho do Estado (IAMAMOTO, 2005, p. 307).

Essas instituições estatais e privadas passaram a demandar a força de trabalho de muitos assistentes sociais. A inserção dos assistentes sociais caracterizou o processo de legitimação e institucionalização do Serviço Social, que também resultou no processo de profissionalização dos assistentes sociais.

Para responder às necessidades postas pela conjuntura, foi urgente ao Serviço Social relacionar suas atividades profissionais de acordo com os procedimentos administrativos e técnico-burocráticos que as instituições exigiam.

Em suma, o Serviço Social deixa de ser um instrumento de distribuição de caridade privada das classes dominantes, para se transformar, prioritariamente, em uma das engrenagens de execução da política social do Estado e de setores empresariais (IAMAMOTO, 2011, p. 31).

A partir dos anos de 1940 há um “avanço” técnico no Serviço Social ao entrar em contato com o Serviço Social norte-americano onde suas propostas de trabalho passaram a ser permeadas pelo caráter conservador da teoria social positivista.

Salienta-se que a adesão das teorias norte-americanas pelo Serviço Social brasileiro foram incorporadas pelas assistentes sociais brasileiras devido um programa de bolsas de estudo norte-americano. Essa aproximação dos EUA com o Serviço Social brasileiro tinha como pano de fundo o interesse de apresentar sua ideologia dominante para a América Latina, e com isto a efetivação de seus planos econômicos e a disseminação de sua autoridade no campo ideológico, econômico e cultural.

Em meados da década de 1950, o governo de Juscelino Kubitschek (1955-1960) deu grande incentivo ao desenvolvimentismo a partir da industrialização, assume a postura do nacional-desenvolvimentismo, com estímulo do capital estrangeiro.

O avanço da industrialização no cenário econômico e social ocorrido no final da década de 1950 ampliava as demandas de intervenção na questão social que se desenvolveu e incrementou-se às práticas profissionais concretizadas nas intervenções de abordagem individual e de grupo e o desenvolvimento da abordagem de comunidades, conhecidas como Serviço Social de caso, grupo e comunidade.

Tais influências teóricas se deram em sintonia com a nova realidade social, provocando mudanças significativas no desempenho do profissional para questões mais amplas da sociedade. Mesmo que ainda acrítico e não manifestando rompimento com o tradicionalismo, permitiu uma pequena abertura num espaço de questões microssociais.

Nesse sentido, as assistentes sociais⁵ foram inseridas em equipes multiprofissionais, elevando o status da profissão nos quadros administrativos e decisórios do Estado.

O cenário político brasileiro contribuía para o novo processo profissional dado pela era do desenvolvimentismo.

Passa a emergir na profissão um certo descontentamento no seu agir profissional, onde os assistentes sociais desejavam sair da condição caritativa para serem um “agente de mudanças”.

⁵ Nesse contexto a presença feminina era hegemônica no Serviço Social.

O II Congresso Brasileiro de Serviço Social, realizado no Rio de Janeiro em 1961, expressa como o serviço social exalta a intervenção no desenvolvimento de Comunidades como a forma mais eficaz para atender as demandas da sociedade brasileira.

O Desenvolvimento de Comunidades se desenvolvia porque a questão social no Brasil exigia uma intervenção técnica mais eficiente e qualificada, volta para áreas de maior concentração de trabalhadores, onde se evidenciava também a forte presença de todas as expressões da questão social e, ao mesmo tempo, a possibilidade de “revoltas” da população, podendo vir a contrariar a ordem.

A crise no serviço social tradicional apenas se apresenta como sinalizadora de sua erosão. Posteriormente, o amadurecimento de setores da categoria profissional; a articulação com outros profissionais e com movimentos sociais, e outras instâncias (setores administrativos), provocam a erosão do tradicionalismo no serviço social de forma mais intensa. Como consequência, a profissão desvincula-se de segmentos da Igreja Católica devido ao conservadorismo cristão, ocorrendo, portanto a laicização da profissão.

Todavia, passa a emergir na profissão o surgimento de católicos progressistas e de uma esquerda católica militante que primavam à construção de uma profissão diferenciada, capaz de atender as demandas dos novos tempos instaurados tanto na sociedade quanto na profissão.

3.2 O PROCESSO DE RENOVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL: A BUSCA PELO DESENVOLVIMENTO DE UMA PRÁTICA PROFISSIONAL CRÍTICA

A década de 1960 marca para o Serviço Social uma conjuntura de profundos questionamentos às formas tradicionais de ação, colocando em xeque as práticas desenvolvidas pelo Serviço Social tradicional.

Entende-se por Serviço Social tradicional:

A prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada, orientada por uma ética liberal-burguesa, que, de um ponto de vista claramente funcionalista, visava enfrentar as incidências psicossociais da “questão social” sobre indivíduos e

grupos, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida social como um dado factual ineliminável (NETTO, 2005, p.6).

Diante de tal situação, configurava-se no cenário mundial condições históricas favoráveis que impulsionaram o Movimento de Reconceituação do Serviço Social latino-americano: o esgotamento do desenvolvimento capitalista originado a todo vapor desde o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, vigorou até a década de 1960; o estado de incerteza das sociedades capitalistas e os avanços tecnológicos no mundo que favoreceram os movimentos sociais dos trabalhadores que reivindicavam seus interesses imediatos de políticas sociais para a classe operária. Neste ambiente, surgem movimentos de classes mais direcionados, tais como: negros, mulheres, estudantes, questões sócio-ambientais.

O Movimento de Reconceituação foi um marco na profissão e peculiar dos países latino-americano, sobretudo aqueles do Cone Sul. Ele expressa o questionamento da profissão quanto aos seus fundamentos teórico-metodológicos e quanto ao seu posicionamento político perante a sociedade. Entretanto, tal movimento não foi homogêneo, pelo contrário foi um debate repleto de diversidades, não só na forma de construção das críticas e propostas, mas também na idéia do “novo” no Serviço Social latino-americano.

O referido autor enfatiza que o regime ditatorial brasileiro se diferencia das ditaduras do Cone Sul, pelo fato que:

[...], no Brasil houve uma brutal dominação burguesa realizada sob uma “modernização conservadora” que estimulou o desenvolvimento das forças produtivas e, entre outras implicações deste processo, fomentou o crescimento de instituições de ensino e pesquisa a ele funcionais (NETTO, 2005, p.16).

No Brasil, o Serviço Social vivenciou um processo de renovação que se deu em três momentos distintos, denominados por Netto (2005), como: Perspectiva modernizadora (anos de 1960); Retorno ao Conservadorismo (anos de 1970) e Intenção de Ruptura (anos e 1980).

A perspectiva modernizadora reconhecida por Netto (2010) como a primeira expressão do processo de renovação do Serviço Social brasileiro, caracterizou-se por ter debatido e formulada os seminários de Araxá- MG em 1967 e em Teresópolis- RJ em

1970. Ressalta-se que em tal perspectiva o referencial teórico-metodológico utilizado foi o positivista.

Nesse período, o Brasil buscava o desenvolvimento com iniciativas do capital privado e sustentado na ideologia desenvolvimentista que visava o bem-comum de todos. Para tanto, os indivíduos deveriam manter a ordem para que tal desenvolvimento se concretizasse.

No encontro de assistentes sociais que resultou no documento de Araxá, os profissionais partiram de um consenso: “[...] o Serviço Social se caracteriza pela ação junto a indivíduos com desajustamentos familiares e sociais” (NETTO, 2010, p. 167). E o que é peculiar ao Serviço Social é o enfoque orientado por uma visão global do homem integrado em seu sistema social. Mediante esta visão, o Serviço Social desloca sua prática do campo neotomista para o terreno teórico estrutural-funcionalista, onde sua intervenção estava voltada para práticas preventivas, corretivas e promocionais com o intuito de integrar os “desajustados” na sociedade.

Todo o debate do documento está centrado no rompimento com o tradicionalismo, porém na realidade não ocorre este rompimento, o que acontece é a captura do tradicional sob novas bases, por isso que Netto (2010) denomina de uma modernização conservadora, pois conservou suas metodologias de ação, preservando a visão acrítica, a-classista, sem questionamentos ao sistema capitalista.

Os assistentes sociais buscam também uma certa valorização profissional quando reconhecem que devem deixar de serem meros executores de políticas sociais para participarem também da formulação e do gerenciamento.

No encontro de assistentes sociais em Teresópolis há a consolidação da perspectiva modernizadora, neste seminário o alvo do debate será sobre a operacionalidade do Serviço Social. Tem-se como destaque neste encontro as ideias do intelectual José Lucena Dantas, que para ele “o método profissional do Serviço Social se constitui de duas categorias básicas de operações: a) diagnóstico e b) intervenção planejada” (DANTAS, 1978, p.90 *apud* NETTO, 2010, p. 182). Então, o assistente social deve primeiramente fazer um diagnóstico da situação-problema para que assim possa projetar sua atuação por intermédio de procedimentos práticos e imediatos. Já que o

objetivo é garantir índices favoráveis por meio de respostas imediatas e adquirir legitimidade perante o Estado.

O Documento de Teresópolis equivale à plena adequação do Serviço Social à ambiência própria da “modernização conservadora” conduzida pelo Estado ditatorial em benefício do grande capital e às características socio-econômicas e político-institucionais do desenvolvimento capitalista ocorrente em seus limites (NETTO, 2010, p. 193).

A perspectiva de reatualização do conservadorismo é resultado dos encontros de Sumaré – SP em 1978 e do Alto da Boa Vista- RJ em 1984. Esta perspectiva tem como embasamento teórico- metodológico a fenomenologia. Mesmo propondo uma renovação, se utiliza de traços conservadores do Serviço Social, Netto (2010), afirma ser um projeto velho sob nova roupagem. A vertente fenomenológica busca uma abordagem não-causal, tenta compreender as angústias do sujeito com uma intervenção de ajuda psicossocial.

O principal meio de atuação se dá por entrevistas, que implica a relação face à face com o cliente. Acreditava-se que através do diálogo, ou seja, do desabafo, haveria a transformação do sujeito, então a solução do problema estava em fazer o Ser se entender consigo mesmo. Diante tal situação, cabe ao Serviço Social compreender a estrutura do Ser, seus valores, sentimentos e particularidades.

A perspectiva de Intenção de Ruptura se deu no segundo lustro da década de 1980, emergiu no seio universitário na primeira metade dos anos de 1970 e foi debatido pelo corpo discente e docente da Universidade Católica de Minas Gerais, na cidade de Itabira/MG, sendo denominado como método B.H. Porém, tal perspectiva se concretiza passa a se delinear com maior ênfase a partir do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) que ocorreu no ano de 1979, considerado o “Congresso da Virada”⁶, pois

⁶ "O Serviço Social, contudo, já vivia o movimento de reconceituação e um novo posicionamento da categoria e das entidades do Serviço Social é assumido a partir do III CBAS (Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais), realizado em São Paulo em 1979, conhecido no meio profissional como o Congresso da Virada, "pelo seu caráter contestador e de expressão do desejo de transformação da práxis político-profissional do Serviço Social na sociedade brasileira" (CFESS, 1996). Embora o tema central do Congresso ressaltasse uma temática da grande relevância – Serviço Social e Política Social – o seu conteúdo e forma não expressavam nenhum posicionamento crítico quanto aos desafios da conjuntura do país" (www.cfess.org.br).

tinha como objetivo romper completamente com o tradicionalismo e suas implicações teórico-metodológicas e técnico-operativas.

Enfrentou dificuldades de ser executado pelo fato de suas ideias irem de encontro aos interesses da autocracia burguesa, diferentemente das outras perspectivas que se enquadravam perfeitamente aos ditames burguês, que mesmo tendo um discurso de neutralidade, na verdade, estavam à serviço da burguesia. Então, a vertente de intenção de ruptura veio romper com esta “aliança” e passa para o lado oposto, tendo uma interlocução com os movimentos operários e democráticos.

A partir de então, o Serviço Social passa a questionar sua própria prática, toma a profissão como objeto de crítica, sob influência da teoria social crítica.

O amadurecimento dessa auto crítica só vai ocorrer em 1980 com a obra: *Relações Sociais e Serviço Social*, de Yamamoto e Carvalho (1982), onde a mesma recorre as próprias fontes de Marx para um maior aprofundamento teórico. Contudo, cabe-nos ressaltar que a aproximação do Serviço Social ao marxismo, sobretudo no primeiro momento, se deu de forma enviesada, devido os profissionais terem recorrido a fontes secundárias, não indo diretamente as fontes marxianas, o que gerou grandes equívocos.

As inspirações das obras de Marx propiciaram que o Serviço Social percebesse que a profissão está inserida na divisão sociotécnica do trabalho e, isto, possibilitou que o Serviço Social construísse um projeto radicalmente novo, erguido numa perspectiva crítica.

O resultado desse novo posicionamento do Serviço Social se expressou no Código de Ética Profissional de 1986, que explicitamente nega a base filosófica tradicional conservadora e afirma um novo perfil técnico, não mais um agente subalterno e apenas executivo, mas um profissional competente teoricamente, tecnicamente, com clareza da dimensão política que perpassa a sociedade e, definição da direção social hegemônica que passou a ancorar a partir da Intenção de ruptura, ou seja, do seu compromisso com a classe trabalhadora.

A partir desse momento, de recusa e crítica ao conservadorismo é que, segundo Netto (2010, p.275), “[...], se encontram as raízes de um projeto profissional novo, precisamente as bases do que está denominado projeto- ético- político”.

Para o referido autor acima, todo projeto profissional é também um projeto político está intrinsecamente ligado a um projeto societário.

Os projetos profissionais apresentam:

A auto- imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases de suas relações com os usuários de seus serviços, com outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a quem cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais (NETTO, 1999, p.144).

Os projetos societários podem ser conservadores, visando manter a ordem social vigente, ou podem ser transformadores, que visam à transformação social. Todavia, o Projeto Profissional do Serviço Social, denominado de Projeto Ético-político⁷ está ligado a um projeto de transformação da sociedade, já que o mesmo tem como princípios norteadores: a liberdade, a igualdade social, a democracia plena. Portanto, tais princípios se contrapõem ao modelo de sociedade vigente o qual é delineado pelo sistema capitalista, que, por sua vez, é fomentado pela política neoliberal.

O projeto ético- político é uma conquista que foi construída historicamente pela categoria e que está em curso, enfrenta muitos desafios para se efetivar devido à ofensiva neoliberal que esta posta, porém não significa que seja algo impossível, existem as dificuldades, mas também as possibilidades.

O projeto ético-político tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central- a liberdade conhecida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que, propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero (NETTO *apud* TEIXEIRA, 1999, p.190).

⁷ Cabe-nos enfatizar que o referido projeto foi construído a partir da Intenção de Ruptura do Serviço Social, porém o amadurecimento do mesmo se deu nos anos de 1990. Assim, o Projeto ético-político é composto pelo Código de ética de 1993, pelas Diretrizes Curriculares de 1996, aprovadas no ano 2000 pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC) e pela Lei de Regulamentação da Profissão (8662/93).

Segundo NETTO (1999), a materialização deste projeto se expressa no cotidiano dos assistentes sociais nas determinadas formas: na produção de conhecimento no interior do Serviço Social; nas instâncias político-organizativas da profissão, que envolve o conjunto CFESS/CRESS, a ABEPSS e pelos movimentos estudantis; como também se expressa no arcabouço legal e institucional da profissão: o atual Código de Ética Profissional, a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei n. 8662/93) e as Novas Diretrizes Curriculares.

Entretanto, o projeto profissional encontra muitos desafios para se efetivar, dentre eles, o neoliberalismo que traz sérias implicações tanto nas condições de vida dos usuários da profissão como também nas condições de trabalho dos assistentes sociais.

Um outro desafio no âmbito ideocultural enfrentado pela profissão na atual conjuntura é a difusão da pós-modernidade⁸, utilizada como estratégia ideológica do capital para se manter hegemônico, difundindo o triunfo do capitalismo sobre qualquer outra alternativa a ele. Este pensamento adentra o Serviço Social com questionamentos à teoria marxista, fortalecendo o pensamento conservador.

A atual conjuntura apresenta velhos e novos desafios à profissão, outra grande problemática é a vigência do ensino à distância em Serviço Social, o qual cada vez mais vem se fortalecendo, até porque se configura como uma forte estratégia do neoliberalismo para fortalecer o capital privado.

A expansão do ensino privado configura uma forma de mercantilizar a educação, deixando de ser um direito oferecido pelo Estado através de universidades públicas para ser uma mercadoria de lucratividade para o capital. Isso nos mostra que o foco maior está na busca por lucros e não por um ensino de qualidade, em formar profissionais competentes.

A perda de qualidade na formação universitária rebate diretamente no atendimento aos usuários da profissão, que, conseqüentemente, não receberão uma intervenção de qualidade, com intervenções distanciadas de conhecimentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos.

⁸ Cabe-nos enfatizar que o referido projeto foi construído a partir da Intenção de Ruptura do Serviço Social, porém o amadurecimento do mesmo se deu nos anos de 1990. Assim, o Projeto ético-político é composto pelo Código de ética de 1993, pelas Diretrizes Curriculares de 1996, aprovadas no ano 2000 pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC) e pela Lei de Regulamentação da Profissão (8662/93).

Destarte, pode-se inferir que defender e efetivar este projeto ético-político em meio a todas adversidades impostas pelo neoliberalismo

[...] depende, não exclusivamente, tanto das respostas políticas que as vanguardas profissionais darão aos desafios atuais, quanto das ações dos profissionais nas diversas áreas de atuação, a partir de intervenções qualificadas, éticas e socialmente comprometidas (TEIXEIRA, 2009, p. 195).

Portanto, efetivar esse projeto na contemporaneidade significa a necessidade de busca constante pelo aprimoramento profissional para não apenas compreender as correlações de forças que estão presentes nos diferentes espaços institucionais, mas acima de tudo se situar enquanto profissional inserido em um contexto completamente usurpador de direitos e, a partir daí desenvolver uma prática mediadora de interesses divergentes.

3.3 ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS DO SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: UM ENFOQUE NOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS)

Para entender a prática profissional do assistente social, se faz necessário situá-lo em um contexto mais amplo, na sociedade capitalista, onde o assistente social como trabalhador assalariado também está inserido no contexto de contradições e de precarização da classe trabalhadora. É de muita importância ter esses esclarecimentos para que assim possamos entender os limites que são postos no cotidiano do fazer profissional dos assistentes sociais, pois não se pode atribuir a uma profissão e nem a uma política a responsabilidade de acabar com a pobreza, já que a desigualdade social é resultante de um sistema de exploração, de acumulação e centralização de riqueza e da propriedade privada dos meios de produção.

São muitos os espaços sócio-ocupacionais do assistente social, no entanto seja qual for à política em que ele esteja inserido, sua prática deve estar em consonância com o projeto ético-político.

Tendo em vista que o Serviço Social historicamente vem rompendo com o conservadorismo em todas as dimensões: teórico-metodológico, ético-política e técnico-

operativo, baseado numa teoria crítica, que contempla a totalidade dos fatos, a sua prática na política de assistência deve se voltar para a garantia de direitos, não se resumindo à ações eminentemente assistencialistas.

SANTOS (2011) ressalta que são delineados e impressos um conjunto de serviços aos assistentes sociais, porém esses profissionais necessitam de muito cuidado para que não se tornem meros gestores da pobreza e nem percam de vista o projeto ético- político.

Conforme a cartilha “Os parâmetros para atuação de assistentes sociais na Política de Assistência Social”, publicada pelo CFESS, as competências específicas dos assistentes sociais no âmbito da política de Assistência Social, abrangem diversas dimensões interventivas, complementares e indissociáveis, quais sejam:

1 Uma dimensão que engloba as abordagens individuais, familiares ou grupais na perspectiva de atendimento às necessidades básicas e acesso aos direitos, bens e equipamentos públicos. Essa dimensão não deve se orientar pelo atendimento psicoterapêutico a indivíduos e famílias (próprio da Psicologia), mas sim à potencialização da orientação social, com vistas à ampliação do acesso dos indivíduos e da coletividade aos direitos sociais; 2 Uma dimensão de intervenção coletiva junto a movimentos sociais, na perspectiva da socialização da informação, mobilização e organização popular, que tem como fundamento o reconhecimento e fortalecimento da classe trabalhadora como sujeito coletivo na luta pela ampliação dos direitos e responsabilização estatal; 3 Uma dimensão de intervenção profissional voltada para inserção nos espaços democráticos de controle social e construção de estratégias para fomentar a participação, reivindicação e defesa dos direitos pelos/as usuários/as e trabalhadores/as nos Conselhos, Conferências e Fóruns da Assistência Social e de outras políticas públicas; 4 Uma dimensão de gerenciamento, planejamento e execução direta de bens e serviços a indivíduos, famílias, grupos e coletividade, na perspectiva de fortalecimento da gestão democrática e participativa, capaz de produzir, intersetorial e interdisciplinarmente, propostas que viabilizem e potencializem a gestão em favor dos/as cidadãos/ãs; 5 Uma dimensão que se materializa na realização sistemática de estudos e pesquisas que revelem as reais condições de vida e demandas da classe trabalhadora, e possam alimentar o processo de formulação, implementação e monitoramento da política de Assistência Social; 6 Uma dimensão pedagógico-interpretativa e socializadora de informações e saberes no campo dos direitos, da legislação social e das políticas públicas, dirigida aos/às diversos/as atores/atrizes e sujeitos da política: os/as gestores/as públicos/as, dirigentes de entidades prestadoras de serviços, trabalhadores/as, conselheiros/as e usuários/as (CFESS, 2011, p.19).

Todas as dimensões acima mencionadas demandam uma intervenção crítica e criativa por parte dos assistentes sociais que operacionalizam o SUAS, mas também expressam, ainda que implicitamente, as dificuldades enfrentadas por estes profissionais

na execução desta política, em decorrência das precárias condições objetivas destinadas as políticas públicas, sobretudo, a política de assistência social.

Não se pode negar que apesar dos avanços e conquistas obtidas pela Política de Assistência Social como: inserção na seguridade social em 1988, a promulgação da LOAS em 1993, a PNAS em 2004 e a NOB/ SUAS, como também os avanços alcançados pelo Serviço Social, ainda há muito o que se fazer, muitos desafios à serem vencidos.

Nesse sentido, a categoria dos assistentes sociais precisa está engajada na luta pela efetividade do SUAS, como forma de viabilizar direitos de cidadania.

Segundo o Censo SUAS (2011)⁹, foram identificados nos últimos anos um total de 7.475 CRAS no país. Isto tem proporcionado grande abrangência no mercado de trabalho dos assistentes sociais.

A cartilha que versa sobre as Orientações Técnicas do CRAS (2009) estabelece critérios para a constituição da equipe de referência do CRAS, baseado no número de famílias referenciadas ao CRAS, e para a constituição desta equipe é primordial a presença de um assistente social. Também descreve as atribuições dos técnicos de nível superior, no qual o Serviço Social está inserido:

Acolhida, oferta de informações e realização de encaminhamentos às famílias usuárias do CRAS; Planejamento e implementação do PAIF, de acordo com as características do território de abrangência do CRAS; Mediação de grupos de famílias dos PAIF; Realização de atendimento particularizados e visitas domiciliares às famílias referenciadas ao CRAS; Desenvolvimento de atividades coletivas e comunitárias no território; Apoio técnico continuado aos profissionais responsáveis pelo(s) serviço(s) de convivência e fortalecimento de vínculos desenvolvidos no território ou no CRAS; Acompanhamento de famílias encaminhadas pelos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos ofertados no território ou no CRAS; Realização da busca ativa no território de abrangência do CRAS e desenvolvimento de projetos que visam prevenir aumento de incidência de situações de risco; Acompanhamento das famílias em descumprimento de condicionalidades; Alimentação de sistema de informação, registro das ações desenvolvidas e planejamento do trabalho de forma coletiva; Articulação de ações que potencializem as boas experiências no território de abrangência; Realização de encaminhamento, com acompanhamento, para a rede socioassistencial; Realização de encaminhamentos para serviços setoriais; Participação das reuniões preparatórias ao planejamento municipal ou do DF; Participação de reuniões sistemáticas no CRAS, para planejamento das ações semanais a serem desenvolvidas, definição de fluxos, instituição de rotina de atendimento e acolhimento dos usuários; organização dos encaminhamentos,

⁹ Informações retiradas do Censo SUAS (2011), disponível em: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/publicacao_eletronica/censo2011/cras.html, acesso em 20/02/2014.

fluxos de informações com outros setores, procedimentos, estratégias de resposta às demandas e de fortalecimento das potencialidades do território.

Conforme SANTOS (2011), o CRAS, é um equipamento público- estatal de prestação de serviços que é preñado de possibilidades, mas também de contradições, limites e desafios na direção de afirmação do projeto ético- político profissional, constitui também um espaço assegurado ao assistente social, locus privilegiado e normatizado nas NOB-RH/SUAS.

Portanto, o CRAS deve ser um espaço sócio- ocupacional onde o assistente social possa concretizar o projeto ético- político, superando as contracorrentes que são postas, e ter como alvo a superação dessa sociedade tão perversa, que reprime o ser humano em condições miseráveis de exploração.

4. APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

De acordo com a NOB/SUAS (2005), o número de CRAS nos municípios depende do número de famílias atendidas. Municípios de Pequeno Porte I deverão ter no mínimo um CRAS, o qual irá atender até 2.500 famílias; municípios de Pequeno Porte II devem ter também no mínimo um CRAS e atender 3.500 famílias; municípios de Médio Porte deverão ter no mínimo dois CRAS, sendo destinado o atendimento de 5.000 família para cada CRAS; municípios de Grande Porte devem ter no mínimo quatro CRAS, sendo também o atendimento de 5.000 famílias para cada CRAS; nos municípios considerados Metrôpoles, o número é de oito CRAS com o atendimento de 5.000 famílias para cada CRAS.

Neste sentido, o município de Sousa, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2010), tem aproximadamente 68 mil habitantes, o que o classifica como município de Médio Porte e que, portanto, deverá apresentar no mínimo dois CRAS. Porém ao realizar a pesquisa constatou-se que no momento só havia um CRAS em funcionamento, estando um outro CRAS em processo de implantação.

O CRAS existente na cidade de Sousa-PB, está localizado na rua Marcionila Tarvares, s/n, no bairro do Mutirão. Conforme indicadores definidos na NOB/SUAS, o CRAS está instalado em uma área de vulnerabilidade e risco social.

4.1 PERFIL DAS PROFISSIONAIS ENTREVISTADAS

As duas assistentes sociais entrevistadas são do sexo feminino e estão inseridas em uma faixa etária compreendida entre trinta e quarenta anos.

Com relação ao sexo, evidencia-se claramente a presença hegemônica do sexo feminino na profissão desde da sua gênese, apesar de já se evidenciar na contemporaneidade a presença do sexo masculino no Serviço Social.

Confirmado a tendência histórica da profissão, a categoria das (os) assistentes sociais, ainda é predominantemente feminina (97%), contando com apenas 3% de homens. A região com maior percentual masculino é a Sudeste (7%) e a menor é a região Sul (1%) (CFESS, 2005, p.17).

No tocante à formação profissional, identificou-se que 50% das entrevistadas formaram-se em universidade pública em curso presencial, enquanto que 50% formaram-se em universidade privada na modalidade à distância.

Ressalta-se que no universo do número de entrevistas, apenas 50% fez especialização.

No que diz respeito ao ano de formação, 100% das entrevistadas concluíram a graduação nos anos 2000, sendo 50% no ano de 2005 e 50% no ano de 2013.

4.2 TEMPO DE TRABALHO NO CRAS

Se tratando do tempo de atuação no CRAS, 50% das entrevistadas atua há 6 anos e possui experiência profissional em outras instituições como o CREAS e o CAPS, enquanto os outros 50% atuam no CRAS há 11 meses, sendo sua primeira experiência no mercado de trabalho como assistente social.

A NOB-RH/SUAS determina que toda equipe de referência do CRAS seja composta por servidores públicos efetivos¹⁰, porém na pesquisa verificou-se que apenas 50% das entrevistadas estão dentro deste requisito. Enquanto os outros 50% trabalham como prestadores de serviço.

Essa tem sido uma luta do CFESS, para haja ampliação dos concursos públicos, e que os assistentes sociais trabalhem na condição de servidores efetivos, pois o concurso público é um meio das instituições terem profissionais competentes, qualificados, estáveis, e que, conseqüentemente, darão continuidade no atendimento, sem a preocupação do trabalho sofrer uma quebra com o término do contrato.

No que diz respeito a carga horária, contactou-se que 100% das entrevistadas trabalham trinta horas semanais, estando dentro dos preceitos legais, conforme a Lei de nº 12.317/2010 que dispõe sobre a carga horária de trinta horas semanais para o trabalho dos assistentes sociais.

¹⁰ Porém, evidencia-se que a maioria dos municípios que compõe o estado da Paraíba, a exemplo da cidade de João Pessoa não realizou concurso para a composição do quadro de profissionais do CRAS.

No CRAS, o quadro de funcionários, segundo 100% das entrevistadas, é composto por: duas assistentes sociais, uma psicóloga, uma pedagoga, uma coordenadora, três orientadores sociais¹¹, duas cozinheiras, duas auxiliares de serviços gerais, dois vigilantes.

Observa-se que o quadro de funcionários do CRAS está em consonância com a NOB-RH/SUAS, que determina que o CRAS com 5.000 famílias referenciadas deve ter a equipe de referência composta por: quatro técnicos com nível médio, quatro técnicos com nível superior, sendo dois assistentes sociais, um psicólogo e um profissional que compõe o SUAS.

4.3 ROTINA DE TRABALHO DAS ASSISTENTES SOCIAIS

Com o intuito de desvendar o cotidiano de trabalho das assistentes sociais, na entrevista foi perguntado sobre a rotina de trabalho das mesmas, momento em que as mesmas forneceram as seguintes informações:

Atendimentos à famílias, seja individual ou em grupo, dou informações, tiro dúvidas a respeito dos serviços do CRAS e da rede socioassistencial, faço encaminhamentos, visitas domiciliares, organizamos os serviços de fortalecimento e vínculo familiar como também do PAIF, a cada quinze dias temos um encontro com os idosos e todas as quartas-feiras temos o planejamento interdisciplinar (AS1);
A rotina de trabalho se dá de acordo com o planejamento, os serviços são executados conforme às necessidades dos usuários (AS2).

Percebe-se que o cotidiano de trabalho das profissionais entrevistadas está intrinsecamente interligado com a população usuária, que ao chegarem no CRAS esperam encontrar respostas ou “soluções” para seus problemas. Isto implica ao profissional: competência teórica-metodológica, para que este, munido de uma carga teórica crítica possa desvendar a realidade social, econômica, política e cultural de seus usuários; competência ético-política, onde o profissional deve ter uma intervenção sustentada em valores éticos direcionados para a defesa dos direitos da classe

¹¹ Os orientadores sociais possuem ensino médio completo.

trabalhadora; e competência técnico-operativa, para que se utilize de instrumentos e técnicas que possibilitem o atendimento as demandas lançadas no cotidiano institucional

Este conjunto de ações possibilita também ao profissional uma intervenção que vai além das competências institucionais já formuladas, mas que está voltada para as necessidades que os usuários apresentam no seu cotidiano de trabalho. Sendo assim:

Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo (IAMAMOTO, 2000, p.20).

Um outro fato importante na fala da AS1 diz respeito a existência do trabalho interdisciplinar. Para tanto, cada profissional, deve ter bem claro qual o seu eixo de intervenção na instituição, para que não ocorram equívocos, de um profissional exercer funções que não lhe compete.

A atuação interdisciplinar requer construir uma prática político-profissional que possa dialogar sobre pontos de vista diferentes, aceitar confrontos de diferentes abordagens, tomar decisões que decorram de posturas éticas e políticas pautadas nos princípios e valores estabelecidos do Código de Ética Profissional. A interdisciplinaridade, que surge no processo coletivo de trabalho, demanda uma atitude ante a formação e conhecimento, que se evidencia no reconhecimento das competências, atribuições, habilidades, possibilidades e limites das disciplinas, dos sujeitos, do reconhecimento da necessidade de diálogo profissional e cooperação (CFESS, 2009, p. 26).

O trabalho interdisciplinar constitui uma forma de abordar os problemas sociais nas suas variadas dimensões, já que os mesmos se apresentam de maneira heterogênea, complexa e multifacetada e que exige respostas diversificadas que sejam construídas coletivamente, além de proporcionar um enriquecimento mútuo de saberes.

4.4 DEMANDA MAIS INCIDENTE E INSTRUMENTOS E TÉCNICAS UTILIZADOS NAS INTERVENÇÕES

Para 50% das entrevistadas, a maior demanda é referente ao atendimento à pessoa idosa e a crianças, já os outros 50% mencionam a visita domiciliar com as famílias que estão em descumprimento das condicionalidades do Bolsa Família, como demanda mais preponderante.

Se tratando dos instrumentos e técnicas usadas na intervenção profissional, verificou-se que 100% das entrevistadas utilizam como instrumentos de trabalho: planos de ação, relatórios, prontuário social, estudo social, entrevistas e visitas domiciliares.

A utilização desses instrumentos deve ser indispensavelmente articuladas as dimensões teórico-metodológica e ético-política. Para tanto, a interligação de tais dimensões requer a articulação entre teoria e prática, pois o acúmulo teórico dará ao profissional o direcionamento político de sua ação como também o embasamento para a escolha dos instrumentos.

Desse modo, podemos inferir que:

[...] O instrumental técnico não indica esquemas e modelos rígidos e pré-estabelecidos que se mostram sob uma capa de neutralidade política. Sua utilização demanda obrigatoriamente seleção, adaptação e/ou aprimoramento à luz da perspectiva teórico-metodológica e política do agente profissional, assim como os determinantes específicos da realidade ou situação particular enfrentada e dos objetivos mediatos e imediatos da ação profissional (PIRES, 2005, s.p. *apud* COSTA, 2008, p.60).

Quanto à eficiência dos instrumentos utilizados, de acordo com a totalidade dos sujeitos da pesquisa, esses instrumentos são importantes, pois possibilitam o conhecimento mais profundo dos usuários do CRAS.

4.5 CONDIÇÕES DE TRABALHO

No que diz respeito às condições de trabalho, os sujeitos da pesquisa afirmaram que a instituição oferece condições favoráveis para o desenvolvimento da prática profissional, como: ampla infra-estrutura (anexo nº 1), carro à disposição do CRAS e

acesso a internet. Porém, a AS1 ressaltou haver alguns impasses, como a falta de telefone, pois quando há necessidade de fazer ligações, as mesmas são feitas dos telefones dos funcionários.

Diferentemente de muitos CRAS de outros municípios, o CRAS do município de Sousa-PB dispõe de amplas instalações, o que contribui para uma prática mais eficaz. Contudo, não deixa de ter problemas, como a falta de telefone citada por uma das entrevistadas. Então, o que era para ser realizado com recursos municipais, passa a ser feito com recursos dos próprios profissionais.

4.6 PRÁTICA PROFISSIONAL E PRESSUPOSTOS ÉTICOS

A totalidade das entrevistadas informou que a ética perpassa o cotidiano de trabalho, estando presente em todas as suas intervenções profissionais.

Em todas as ações o código de ética se faz presente, como: o sigilo profissional, a informação ao usuário das credenciais de quem está realizando o atendimento (AS1).

Na garantia dos direitos de cidadania e na eliminação de preconceitos (AS2)

As diretrizes que norteiam o Código de Ética, não podem ser executadas apenas em ações pontuais, mas devem se fazer presentes em todas as ações do cotidiano profissional dos assistentes sociais.

Conforme as entrevistadas relataram, o Código de Ética dos assistentes sociais não expressa apenas os direitos e deveres profissionais, ele vai além disso, pois nele está expresso o comprometimento dos assistentes sociais com a classe trabalhadora, vinculado a um projeto societário radicalmente democrático. Neste sentido,

Cabe pensar a ética como pressuposto teórico-político que remete para o enfrentamento das contradições postas à Profissão, a partir de uma visão crítica, e fundamentada teoricamente, das derivações ético-políticas do agir profissional (CFESS, 1993, p.3).

Ressalta-se que o Código de Ética, embora se configure como um componente indicativo e não imperativo, deve perpassar todas as intervenções profissionais.

4.7 DIFICULDADES ENFRENTADAS NO COTIDIANO PROFISSIONAL

No que diz respeito às dificuldades enfrentadas para o desenvolvimento da prática profissional, os sujeitos da pesquisa expressaram a postura à seguir:

Dentre os muitos impasses enfrentados, o mais preocupante é a falta de profissionais efetivos, o que gera uma rotatividade dos mesmos, ou seja, a cada pleito eleitoral se o gestor atuante não obter êxito na campanha, todos os funcionários serão trocados e muitas vezes serão apenas pela indicação política, não levando em consideração a qualificação do profissional. Temos também a dificuldade de se trabalhar em rede, no que diz respeito a contra referência e a utilização dos recursos, que gera uma burocratização na realização das ações (AS1);

Uma das principais dificuldades é referenciar uma família e não obtermos respostas como contra referência (AS2).

Pode-se observar em ambas as falas, a dificuldade de se trabalhar em rede mantendo a contra-referência.

Os profissionais do CRAS atendem os usuários, fazem o encaminhamento para as instituições da rede socioassistencial¹², porém, sua ação fica restrita à isso, não se sabe se os usuários conseguiram o atendimento demandado. Sendo assim, a intervenção profissional fica restrita a ações pontuais e imediatas. Tal fato se dá pela falta de articulação entre as instituições, bem como também pela precariedade dos serviços.

Diante do exposto, percebe-se que há um distanciamento significativo entre a proposta idealizada e formulada na PNAS e a realidade com a qual nos deparamos. Pois está posto na PNAS (2004) que:

Os serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica deverão se articular com as demais políticas públicas locais, de forma a garantir a sustentabilidade das ações desenvolvidas e o protagonismo das famílias e indivíduos atendidos, de forma a superar as condições de vulnerabilidade e a prevenir as situações que indicam risco potencial. Deverão, ainda, se articular aos serviços de proteção especial, garantindo a efetivação dos encaminhamentos necessários (p.35).

¹² No SUAS, essa estratégia de trabalho em rede é concebida pela necessidade de se estabelecer formas de articulação que possibilitem maximizar e qualificar serviços que estão disponíveis o território, visando superar a fragmentação dos serviços.

A entrevistada AS1, destacou também a dificuldade de dar continuidade aos atendimentos devido à rotatividade dos profissionais, como também a falta de qualificação profissional, já que os mesmos são contratados apenas por indicação política. E isto traz sérias implicações nos serviços ofertados pela instituição, pois a falta de conhecimento pode fazer com que o CRAS se torne espaço de tudo, menos como lugar estratégico de proteção social como preconiza a PNAS.

Ressalta-se que um dos princípios do Código de Ética profissional é o “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional”. Para tanto, o profissional do Serviço Social deve sempre aperfeiçoar seus conhecimentos, para prestar serviços com qualidade.

4.8 DESAFIOS POSTOS À POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA CONJUNTURA VIGENTE

Um dos desafios que a Política de Assistência Social enfrenta na sua trajetória histórica tem sido se efetivar como um direito garantido constitucionalmente. Diante de tal situação, 100% das entrevistadas afirmaram que o CRAS tem conseguido se efetivar como um espaço de concretização de direitos, pois no CRAS o usuário tem acesso mesmo que minimamente ao lazer, a informação e a cursos profissionalizantes. Todavia, identificou-se uma certa contradição em uma das falas quando foi relatado que durante a execução dos serviços, alguns profissionais enfatizam que tais serviços são resultados da boa ação do gestor. Aspecto que nos remete à concepção assistencialista e benemerente assumida pela política de Assistência Social nas suas protoformas, fator que, lamentavelmente, representa um retrocesso para as conquistas obtidas pela população a partir da Constituição Federal de 1988e, posteriormente, pela LOAS sendo reafirmado pela PNAS.

4.9 POSSIBILIDADE DE EFETIVAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL NA INTERVENÇÃO COTIDIANA

Para 50% dos sujeitos entrevistados, é possível efetivar o Projeto Profissional “trabalhando com ética, tendo sempre as necessidades dos usuários em primeiro lugar” (AS1). E para os outros 50%, “é preciso que cada setor siga suas atribuições respeitando a civilização de cada profissional” (AS2).

Todavia, 50% das entrevistadas não demonstrou compreensão acerca do referido projeto, confundindo o mesmo com respeito que os profissionais das áreas afins devem ter com o Serviço Social.

Ressalta-se que a incompreensão acerca do Projeto-ético político do Serviço Social, o qual, como já discutimos no capítulo 2 deste trabalho, é composto pelo Código de Ética, pelas Diretrizes Curriculares que direcionam a formação dos discentes e pela Lei de Regulamentação da Profissão, ocasiona o desenvolvimento de uma prática profissional confusa, desvirtuada, baseada muitas vezes no achismo perpassada pelo senso comum, gerando uma imprecisão do exercício profissional por parte dos outros profissionais, até por que se os próprios profissionais não têm clareza acerca da profissão e de sua prática, conseqüentemente, a tornará confusa para quem a observa e analisa, passando muitas vezes a rotular os assistentes sociais e, o mais complicado de tudo, a acreditar que o que esses profissionais fazem no cotidiano institucional pode ser feito por qualquer uma outra pessoa, sem que seja necessária formação acadêmica para tanto.

Essa trajetória vai derivar em um arsenal de mitos hoje presentes na compreensão da prática social e, mais especificamente da prática profissional [...]: a) a prática profissional reduzida a qualquer atividade, à atividade em geral; b) a concepção utilitária da prática social, traduzida profissionalmente na preocupação com a eficácia técnica, com o resultado imediato e visível, quantitativamente mensurável; c) a prática social apreendida na sua imediatividade, como um dado, que teria o poder miraculoso de revelar-se a si mesma, como coisa “natural”. Essa naturalização da vida social e essa coisificação da prática – aparências necessárias e historicamente gestadas na própria sociedade capitalista – são apreendidas unilateralmente como se fossem reveladoras da concretude do real. Assim, as expressões da prática social passam a ser apreendidas em si mesmas de maneira auto-suficiente, em um processo de parcialização progressiva da totalidade da vida social (IAMAMOTO, 2000, p.115-116).

Cabe-nos enfatizar ainda, que quando o profissional não tem clareza das suas atribuições e competências profissionais, conseqüentemente, não tem uma dimensão política, nem tão pouco uma direção social mediadora de interesses divergentes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da realização desta pesquisa, pôde-se observar que a Política de Assistência Social no curso de sua trajetória conseguiu obter muitos avanços, sobretudo a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, no momento em que tal política passou a ser reconhecida como direito do cidadão e responsabilidade estatal. Posteriormente, para melhor efetividade desta política, em 1993 foi aprovada a Lei Orgânica da Assistência Social e, após onze anos, a Política Nacional de Assistência Social e, em seguida, o Sistema Único de Assistência Social, com o objetivo de transformar em ações diretas os pressupostos das legislações sancionadas, conforme discutimos no corpo deste trabalho.

Contudo, vale salientar que a consolidação da assistência social como política pública e direito social ainda exige o enfrentamento de importantes desafios, os quais culminam na necessidade de melhor e efetivo empenho por parte dos gestores que se omitem das suas responsabilidades com a população. Diante dessa omissão, evidencia-se, conforme fora identificado durante o estágio curricular e, a partir da pesquisa de campo realizada que alguns desafios ainda precisam ser enfrentados, como: a dificuldade de efetivar tal política como um direito, já que a mesma é passada aos usuários como benemerência política; o grande número de demanda reprimida, tendo em vista que a cidade do porte de Sousa até o presente momento só estava em funcionamento apenas um CRAS, com equipe técnica de apenas quatro funcionários. E isso leva aos assistentes sociais a selecionarem o atendimento aos casos mais complexos, ocasionando na “seletividade da miserabilidade”, a realizarem ações pontuais e imediatistas, já que se torna praticamente impossível o acompanhamento às famílias.

Enfim, a realidade não se mostra condizente ao que está posto em lei.

Salienta-se que essa realidade é oriunda de um sistema conservador burguês que resiste em implementar o direito do cidadão e os princípios do SUAS, pois seus interesses não são proporcionar autonomia, mas manter os indivíduos submissos à sua ideologia e, assim perpetuar a reprodução da pobreza e da miséria, pois dessa forma se torna mais fácil angariar votos, tendo em vista que “mentes pensantes incomodam muito mais que barrigas vazias” e, diante de uma sociedade marcada pelo voto de cabresto e do

coronelismo, perpassada pelo assistencialismo político, torna-se imprescindível eternizar a desigualdade.

Ressalta-se que a superação da desigualdade social está além da efetividade de políticas sociais, ela demanda a construção de uma nova sociabilidade.

No que diz respeito à operacionalização da prática profissional, em se tratando das dimensões teórico-metodológicos, ético-políticas e técnico-operativas no cotidiano de trabalho das assistentes sociais, pode-se inferir que há uma certa fragilidade, aspecto o qual, indubitavelmente, dificulta o desenvolvimento das intervenções junto aos usuários, bem como a mediação frente às decisões.

Em decorrência dessa fragilidade, identificou-se a ausência ou superficialidade de leitura crítica da real situação dos usuários que demandam os serviços do CRAS, pois as necessidades apresentadas pela população usuária dos serviços extrapolam os meros encaminhamentos e visitas domiciliares.

Enfatizamos ainda, que decifrar essa realidade é de suma importância para que o profissional não se restrinja ao desenvolvimento de ações burocráticas institucionais, mas que busque propostas criativas e propositivas. Para tanto, requer dos profissionais acúmulo teórico, que é resultado de uma formação qualificada e continuada.

A dimensão ético-político, por sua vez, consegue se apresentar de forma mais contundente, verifica-se a preocupação das profissionais em manter o sigilo profissional, de garantir os direitos aos usuários e de combater discriminações.

Quanto a dimensão técnico-operativa, ressalta-se que há uma certa dificuldade tanto no meio acadêmico quanto profissional acerca da discussão mais ampla da dimensão técnico-operativa da prática profissional. E isto gera conseqüentemente o reducionismo desta dimensão apenas ao uso dos instrumentos utilizados na operacionalização da prática cotidiana, aspecto o qual foi identificado tanto no desenvolvimento do estágio, quanto da coleta de dados para a realização da pesquisa.

Ressalta-se que a fragilidade teórica contribui ainda mais para a incompreensão da utilização, dos objetivos e resultados que os instrumentos e técnicas podem alcançar no desenvolvimento da prática profissional, isso não apenas no campo da assistência social, mas em qualquer área em que os assistentes sociais estiverem inseridos.

Todavia, cabe-nos enfatizar que mesmo diante de um contexto permeado por intensas correlações de forças, perpassado pela forte presença da politicagem, somado à precarização do trabalho em todas as suas esferas e à fragilização das condições subjetivas que culminam, muitas vezes, na imediaticidade e na coisificação da prática profissional, entendemos que os sujeitos da pesquisa têm tentado operacionalizar uma prática comprometida com o Projeto Ético-Político, embora, nem sempre consigam em decorrência dos aspectos mencionados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Lei 8.742, de 07/12/1993.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), 2009.

_____. **Norma Operativa Básica do SUAS**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Brasília, Julho de 2005.

_____. **Política Nacional de Assistência Social**. Resolução 145 de 15/10/2004 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretaria Nacional de Assistência Social – DOU – 28/10/2004.

BEHRING, Elaine Rossetti. BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Elaine Rossetti. **Brasil em Contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CFESS, **Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social**. Brasília: 2009.

CFESS, **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Resolução nº 273/1993.

COSTA, Francilene Soares de Medeiros. **Instrumentalidade do Serviço Social: dimensões teórico-metodológica, ético-política, técnico-operativa e exercício profissional**. Dissertação de Mestrado. Programa de pós-graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2008.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Natureza e desenvolvimento das políticas sociais no Brasil**. In: Capacitação em Serviço Social e política social: Módulo 3.

IAMAMOTO, Marilda Vilela e CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico- metodológica**. São Paulo: Cortez, 2005.

_____, Marilda Vilela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. – 11ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

_____, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** -6.ed.- São Paulo: Cortez, 2000.

KOIKE, Maria Mariete. **Formação Profissional em Serviço Social.** In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. – Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

MARCONI, Maria de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos.** São Paulo: Atlas, 2008.

MINAYO, M^a Cecília. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** 31 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2012.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço Social: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução.** São Paulo: Cortez, 2007.

_____, Carlos. **Estado, classe e movimento social.**-2ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.** São Paulo: Cortez, 2010.

_____, José Paulo. **A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social.** In: MOTA, Ana Elizabete [et al]. Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2010.

_____, José Paulo. BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica.** São Paulo: Cortez, 2006.

_____, José Paulo. **O movimento de reconceituação: 40 anos do movimento de reconceituação.** In: Revista Serviço Social e Sociedade, nº 84, 2005.

PRATES, Janes. **Retomando algumas categorias a partir de uma perspectiva dialética.** Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2000.

PIANA, Maria Cristina. **As políticas sociais no contexto brasileiro: natureza e desenvolvimento.** Disponível em: <http://books.scielo.org/id/vwc8g/pdf/piana-9788579830389-02.pdf>, acesso em 15/01/2014.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas.** São Paulo: Atlas, 2012.

SANTOS, Francine H. Coutinho dos. **O trabalho de Assistentes Sociais nos CRAS.** In: O trabalho do/a Assistente Social no SUAS: seminário nacional/ Conselho Federal de Serviço Social- Brasília: CFESS, 2011.

SIMÕES, Carlos. **Curso de direito do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2009.

SPOSATI, Adalgiza de Oliveira. **A assistência social no Brasil**. -2ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.

SILVA, Francisco de Assis. **A história do Brasil**. Editora Moderna, 1990.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. **O Projeto ético-político do Serviço Social**. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. – Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

YASBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. - 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

APÊNDICES

APÊNDICE A- ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA PARA AS ASSISTENTES SCOAIS DO CRAS

1- PERFIL DAS PROFISSIONAIS

- Nome:
- Idade:
- Sexo: FEMININO () MASCULINO ()
- Instituição em que se formou:
- Ano da formação?
- Fez/faz algum curso de especialização, mestrado? Sim () Não (). Onde:

2- COTIDIANO DE TRABALHO

2.1 É a sua primeira experiência no mercado de trabalho? Sim () Não ()

2.2 Trabalhou antes em que área?

2.3 Tempo de atuação no CRAS?

- Tipo de vínculo de trabalho na instituição:

2.5 Carga horária de trabalho na instituição?

2.6 Trabalha em alguma outra instituição: Sim () Não ()

2.7 Como é composto o quadro de funcionários do CRAS?

2.8 Descreva sua rotina de trabalho

2.9 Qual a maior demanda que se apresenta no seu cotidiano de trabalho?

2.10 Quais os instrumentos e técnicas usadas para desenvolver a sua intervenção?

2.11 Na sua opinião, qual a eficiência desses instrumentos?

2.12 A instituição oferece condições de trabalho favoráveis para o desenvolvimento de sua intervenção? Sim () Não (). De que forma?

2.13 De que forma o Código de Ética Profissional se expressa no cotidiano de trabalho?

2.14 Quais são os maiores impasses e dificuldades presentes no trabalho do assistente social no CRAS?

2.15 Na sua opinião o CRAS tem conseguido se efetivar como um espaço de concretização de direitos? Por quê?

2.16 Diante dos impasses, mas também das conquistas adquiridas, quais as possibilidades, na sua compreensão, para a operacionalização do Projeto ético-político profissional?

APÊNDICE B – DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa:

A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SOUSA-PB

Eu, Professora, Orientadora de Estágio Curricular da Universidade Federal de Campina Grande, campus de Sousa, portadora do RG: xxxxxxxxxx e CPF: xxxxxxxxxx, declaro que estou ciente do referido Projeto de Pesquisa e comprometo-me em verificar seu desenvolvimento para que se possam cumprir integralmente os itens da Resolução 466/2012, que dispõe sobre Ética em Pesquisa que envolve Seres Humanos.

Laiane Elias Dantas
Orientanda

Cibelly Michalane O. dos S. Costa
Orientadora

SOUSA/PB
2013

APÊNDICE C – TERMO DE COMPROMISSO DO RESPONSÁVEL PELO PROJETO EM CUMPRIR OS TERMOS DA RESOLUÇÃO 466/2012 do CNS

Pesquisa:

A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SOUSA-PB

Eu, _____, Professora, Orientadora de Estágio Curricular da Universidade Federal de Campina Grande, RG: xxxxxxxxxxxx e CPF: xxxxxxxxxxxx declaro que estou ciente do referido Projeto de Pesquisa, comprometo-me em cumprir integralmente os itens da Resolução 466/2012 do CNS, que dispõe sobre Ética em Pesquisa que envolve Seres Humanos.

Estou ciente das penalidades que poderei sofrer caso infrinja qualquer um dos itens da referida resolução.

Por ser verdade, assino o presente compromisso.

CIBELLY MICHALANE OLIVEIRA DOS SANTOS COSTA

SOUSA/PB

2013

APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, portador (a) do RG _____, Assistente Social, tendo sido satisfatoriamente informada (o) sobre a pesquisa **A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SOUSA-PB**, que pretende analisar se a prática profissional dos/as assistentes sociais do CRAS é desenvolvida a partir dos pressupostos do projeto ético-político do serviço social, a ser realizada sob responsabilidade da pesquisadora: Laiane Elias Dantas, e com orientação da Professora **Cibelly Michalane Oliveira dos Santos Costa**, concordo em participar da mesma, com a garantia de anonicidade e sigilo com relação a todo seu conteúdo e que as informações coletadas sejam utilizadas para efeito de análise e divulgação científica. Estou ciente de que posso retirar esse meu consentimento a qualquer tempo, informando minha decisão aos pesquisadores, sem que isso acarrete nenhum tipo de prejuízo a minha vida pessoal.

Pesquisadora:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

Orientadora:

E-mail:

PESQUISADORA

PARTICIPANTE DA PESQUISA

ANEXOS

ANEXO 1- Instalação do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do Município de Sousa-PB, 2014.





**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS - CCJS
UNIDADE ACADÊMICA DE DIREITO - UAD
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Estamos cientes da intenção da realização do projeto intitulado: **A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SOUSA-PB**, desenvolvida pela Aluna Laiane Elias Dantas do Curso Bacharelado em Serviço Social da Universidade Federal de Sousa, sob a orientação da professora Cibelly Michalane Oliveira dos Santos Costa.

Sousa, ____/____/____.

MARIA DA CONCEIÇÃO FÉLIX
COORDENADORA DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE SOUSA
SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL

TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Estamos cientes da intenção da realização do projeto intitulado **ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SOUSA-PB**, da aluna **LAIANE ELIAS DANTAS** do Curso de Bacharelado em Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande, sob a orientação da Professora **CIBELLY MICHALANE OLIVEIRA DOS SANTOS COSTA**.

Sousa, ____/____/____

Maria Gonçalves Gadelha



PREFEITURA MUNICIPAL DE SOUSA
SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL
CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Estamos cientes da intenção da realização do projeto intitulado **ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SOUSA-PB** da aluna **LAIANE ELIAS DANTAS** do Curso de Bacharelado em Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande, sob a orientação da Professora **CIBELLY MICHALANE OLIVEIRA DOS SANTOS COSTA**.

Sousa/PB ____/____/____.

ILDA SARMENTO ROCHA